

Olga Maria Castrillon Mendes Araújo

**NAS RAIAS DE MATO GROSSO:
O DISCURSO DE CONSTITUIÇÃO DA FRONTEIRA**

**UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE**

Dissertação apresentada ao Curso de
Linguística do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual de
Campinas como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em
Linguística.

Orientadora: Profa Dr^a Eni Puccinelli Orlandi

UNICAMP

Instituto de Estudos da Linguagem

2000

2000 16135



UNIDADE	30
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP
	Ar 15r
V. _____	Ex. _____
TOMBO BC/	42817
PROC.	16-278100
C <input type="checkbox"/>	D <input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	20/10/00
N.º CPD	

CM-00147002-5

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA IEL – UNICAMP

Ar15r

Araújo, Olga Maria Castrillon Mendes

Nas raias de Mato Grosso: o discurso de constituição da fronteira /
Olga Maria Castrillon Mendes Araújo. -- Campinas, SP: [s.n.], 2000.

Orientador: Eni Puccinelli Orlandi

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Análise de discurso. 2. História – Sec. XVIII. 3. Correspondência
oficial. 4. Fronteiras – Brasil. I. Orlandi, Eni Puccinelli. II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da
Linguagem. III. Título.

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Eni Puccinelli Orlandi

Professora Dra. Suzy Rodrigues-Lagazzi

Professora Dra. Maria Onice Payer

Iste exemplar é a redação final da tese
defendida por Olga Maria Cas-
trillon Mendes Araújo
e aprovada pela Comissão Julgadora em
13 / 09 / 2000.

178

Aos meus filhos Luís Mário, Luciane e Alessandro,
que buscam a construção de outros possíveis sentidos.

Ao meu San,
que vive comigo os dramas das realizações e a busca dos sentidos da vida.

O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta.

Foucault, *A ordem do discurso*

Agradeço ...

Agradecer é tarefa das mais árduas porque nunca conseguiremos expressar em palavras o que nas ações transcendem o simples gesto de colaborar no percurso de uma caminhada muitas vezes dolorosa, mas sempre plena do prazer da descoberta.

Começo por aquela que foi fundante nesse percurso. Professora Doutora Eni Puccinelli Orlandi, minha orientadora, que aprendi a admirar pela convicção e carinho das interlocuções, constituindo-me autora do meu texto. Suas palavras continuarão a fazer sentidos em mim indefinidamente.

Ao professor Dr. Eduardo Guimarães, coordenador do Mestrado Interinstitucional em Lingüística Unemat/Capes/Unicamp, pelo respeito e confiança no grupo e pela recepção carinhosa em Campinas.

Ao professor Dr. Eric Fernandez Hernandez, da Universidade de Havana, co-orientador do Mestrado Interinstitucional em Lingüística Unemat/Capes/Unicamp, pelas contribuições .

À professora Dr^a Mónica Zoppi-Fontana, pelos variados momentos de reflexão conjunta nos programas de capacitação docente da UNEMAT, buscando aproximação entre a lingüística e a literatura.

Às professoras Doutoras Suzy Rodrigues-Lagazzi e Maria Onice Payer, pelas importantes contribuições nas bancas de avaliação do mestrado.

Ao professor Doutor Carlos Eduardo Ornellas Berriel, cujas caminhadas literárias nos fazem ver os 'coágulos' da história, vivos na sua sensibilidade aos fatos da minha terra.

À Professora Doutora Regina Beatriz Neto, da Universidade Federal de Mato Grosso, pela oportunidade das discussões sobre fronteira durante o curso de Especialização em História da UNEMAT/Cáceres-MT.

À professora mestranda Maria do Socorro de Souza Araújo, pelas leituras dos primeiros textos e pelas oportunidades institucionais, intermediando a construção do meu percurso histórico sobre fronteira.

Às colegas professoras Ms.Vera Maquêa, Ana Lúcia Rabecchi, Elisabeth Baptista, Liliane Bastos, que integram comigo o 'chá literário' do NEL - Núcleo de Estudos Literários - da UNEMAT/Cáceres-MT, pelo convívio salutar das discussões semanais.

À colega professora Ms. Edna André Soares Melo, pelas interlocuções desde as primeiras horas.

Às colegas professoras mestrandas Neuza Zattar e Belia Bonini P. de Arruda, pelo convívio amigável no 'flat' campinense, acalentado pelas discussões dos textos que contribuíram na construção do meu dispositivo teórico. À Neuza, devo agradecer, também as leituras pacienciosas, correção da linguagem e interlocução constante.

À prima Betty Lopes, pela forma como soube se fazer presente em Campinas e pelas valiosas contribuições nas traduções dos textos.

Às minhas irmãs: Marilda pelas primeiras lições ao computador e Vanilda, que dá asas as minhas produções no Jornal 'A Notícia', semanário cacerense de circulação regional.

Aos meus pais Natalino e Olga, cuja herança telúrica me faz trilhar os caminhos da 'grande idéia que governa o Universo', esperando que este trabalho constitua mais 'um passo na resposta' ...

Obrigada.

Pelos meus textos sou mudado mais do que
pelo meu existir.

- Manoel de Barros, *Retrato do artista quando coisa*.

RESUMO

A descoberta dos textos constituidores dos sentidos pelos quais o Estado de Mato Grosso vai significar para o Brasil à época da sua descoberta, nos revela um arquivo rico de informações sobre a terra, a gente e, principalmente, a correspondência produzida no período de formação de uma das maiores fronteiras geográficas do país, balizada pelos rios Guaporé, tributário do Amazonas e Paraguai, o mais importante formador da planície inundável do pantanal, no interior da América do Sul.

Essa documentação composta de Cartas e Instruções possui uma particularidade: são textos constitutivos de uma relação política e jurídico-administrativa estabelecida entre a Coroa Portuguesa e o Mato grosso colonial.

As Cartas, escritas por D. Antonio Rolim de Moura e D. Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, respectivamente, primeiro e quarto capitães-generais da Províncias de Mato Grosso, no século XVIII, estão relacionadas às Instruções emanadas da metrópole e se configuram como relatórios. Têm cunho oficial, mas são também narrativas do cotidiano político da Província e descrições detalhadas, comentários da administração e análise científica dos dados coletados.

As Instruções se configuram como o instrumento legal da conquista, disciplinando a matéria encaminhada à colônia e impondo o movimento de sentidos produzidos sobre a fronteira. Funcionam como elo de manutenção de uma unidade política. Retomam pré-construídos em outro lugar e sinalizam ações futuras numa única direção de sentidos. Como procedimento jurídico-administrativo traçam os preceitos para manutenção do poder que é transferido, na colônia, aos governantes que dão acesso à voz do colonizador.

São discursos passíveis de outras leituras que não só a que os situa como documentos da história, mas na ótica de como a discursividade vai construindo sentidos que constituem países, regiões e fronteiras, problematizando as maneiras de ler para além das evidências. Desse modo, esses documentos fazem a nossa história com as suas (deles) letras, num abrangente processo de apropriação. Por esse discurso

construído é que entramos na história para compreender os sentidos trazidos pelos acontecimentos, desatando as amarras dos estereótipos assimilados ao longo do tempo.

Alguns questionamentos nortearam a investigação: a) A relação das Cartas com as Instruções determinam o respeito à fronteira, construindo os limites determinados? b) Se a correspondência oficial não assegurava o respeito à fronteira, que mecanismos foram utilizados para configurar/desenhar o traçado oficial do país? c) Seriam os processos de nomeação responsáveis pela fixação da fronteira?

Tais questões se colocam na posição teórica da Análise de Discurso na qual se inscreve o meu trabalho, tendo como eixo central os espaços polêmicos das maneiras de ler o arquivo proposto por Michel Pêcheux.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Sentido. Leitura de arquivo. Fronteira de Mato Grosso.

ÍNDICE

Introdução	12
1- CAPÍTULO I - O MOVIMENTO DA CONQUISTA	20
1.1 O Corpus: viagens e Instruções	25
1.2 Uma região, uma fronteira	27
1.3 Rolim e Albuquerque: fronteiras do reino	31
2- CAPÍTULO II - O FUNCIONAMENTO DO DISCURSO OFICIAL DO SÉCULO XVIII	36
2.1 O espetáculo político: as condições de produção	38
2.2 Caminhos dos sentidos	42
2.3 O nome constrói a fronteira	51
3- CAPÍTULO III - O INSTRUMENTO DA CONQUISTA	58
3.1 Fronteira: a escritura do movimento	60
3.2 Por que se (não) respeitam fronteiras?	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
APÊNDICE	80
ABSTRACT	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95

INTRODUÇÃO

“ - não se tapa o passado,
goteira-o por entre dentes”

“o presente? Chuvizquinha
/ aspectos d'água
sem punhos do tempo”

- Silva Freire, *presença na ausência do tempo*.

A busca de parte da produção dos viajantes que perambularam o território onde hoje se assenta o Estado de Mato Grosso embasou a configuração do tema deste trabalho.

Tais textos de arquivo, organizados como saberes específicos sobre a região, apresentaram-se como constituidores do processo de interpretação do discurso de formação de uma das maiores fronteiras geo-políticas do Brasil traçada em meio aos conflitos e relações diplomáticas, na segunda metade do século XVIII.

No decorrer dos estudos o tema se revelou em meio a uma abrangente complexidade. A literatura encontrada se inscreve nas vertentes das Ciências Sociais, principalmente estudos da Cultura, da História, da Antropologia e da Linguagem. Embora não tenhamos abarcado a totalidade dos trabalhos produzidos sobre o assunto, o que nos assegura a necessidade da continuidade da pesquisa, procuramos trazer como referência os textos históricos que nos fizeram compreender o processo de formação do Estado e aqueles relacionados aos estudos da linguagem, cujo embasamento encontramos suporte no desdobramento dos trabalhos desenvolvidos pelos diferentes pesquisadores do Projeto História das Idéias Lingüísticas, da Unicamp.

Dentro desse vasto campo de investigação, o trabalho pretende ocupar um pequeno espaço, delimitando como objeto de investigação, o discurso oficial produzido pelos primeiros administradores coloniais da Província de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura e D. Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Ambos se dão a

conhecer como 'fronteiros do reino' numa época em que res-guardar as fronteiras das conquistas lusas constituía a principal estratégia do processo de administração.

Meu objetivo é analisar lingüístico-discursivamente a textualidade das Cartas desses administradores da colônia aliadas às Instruções emanadas da Corte, no século XVIII, bem como o lugar de funcionamento desse discurso, construindo parte do saber sobre os múltiplos significados das relações coloniais na formação das identidades culturais e as representações da terra conquistada nas relações aqui/lá/eu/outro.

A minha inquietação se explica parte pela ligação visceral com a História, que me re-conduz às origens da formação do meu Estado, parte por uma paixão necessária com a linguagem que me vem pela Literatura e pela Análise de Discurso.

A primeira me coloca frente à necessidade de compreender o processo sócio-histórico de formação de um povo, que sintetiza o amálgama de etnias e o choque entre diferentes culturas. As outras intervêm de forma dominante, legitimando gestos de interpretação, que se tornam responsáveis pela configuração de um determinado saber sobre a proto-história da terra, vinda pelos primeiros viajantes/conquistadores e a discursividade sobre a fronteira.

Nesse percurso de sentidos, compreender o 'estar na fronteira' significa se colocar nas teias do discurso para re-significar o espaço onde se produz a nossa própria identidade, os sentidos específicos do colonialismo brasileiro e outros dizeres, através da análise de seu funcionamento lingüístico-discursivo, lugar possível de investigação dos processos de formação dos povos.

Traçar as 'raias' de territórios, não só delinea a geografia como atribui sentido à terra e à gente que nela vive, configurando o processo de civilização e de desenvolvimento do espírito de nacionalidade.

No século XVIII, em Mato Grosso, a formação de vilas e povoados tem correlação com o traçado da fronteira. Ernesto Borges, prefaciando a obra de Pereira Leite (s/d-a), escreve que as vilas eram criadas por razões estratégicas dentro do 'vazio geográfico' da colônia, como base do fato que o futuro viria autorizar a invocação e aplicação do princípio jurídico do *uti possidetis*, segundo o qual Portugal continuaria possuindo como possuía, no mesmo lugar de sua posse. Significa dizer, o lugar da estratégia e da diplomacia produzindo o efeito legal: o princípio constituidor de direito

impele a conquista para o interior, *gerando a maior penetração de que se tem notícia e a ocupação da mais vasta área de terra do continente americano* (op. cit.).

A delimitação da fronteira de Mato Grosso se liga, portanto, ao sentido do político e das relações de poder que traçaram os limites da soberania portuguesa pelos balizamentos naturais dos rios Paraguai e Guaporé.

Os textos oficiais oferecem o lugar da constituição do espaço de memória em que um povo em processo de expansão territorial entra em contato com outros povos já estabelecidos e de culturas diferentes. No confronto das relações de força e de sentido se constrói a sua identidade.

Cáceres, como outros municípios que formam a vasta fronteira oeste, é parte do contexto que firmou a posição de Portugal no ocidente de Mato Grosso. Surge de 'planejamento estratégico' ditado por princípios legais e de administração nos trópicos. Luiz de Albuquerque, falando em nome do poder que detém na colônia, 'dá ordem', conforme consta da Ata de fundação, para se fundar na margem oriental do rio Paraguai, *no lugar onde se dirige a estrada que seguia à Cuyabá desde Villa Bella (...) uma povoação civilizada, aonde se congregassem todo o maior numero de moradores possível ...* (grifo meu).

Esse fato configura a estratégia de solidificação de posses e de povoamento que vai caracterizar o espaço de movimento dos atos gerados pela prática humana e pela proliferação de outros dizeres. Forma de colonização que determina o processo colonial de apropriação. No dizer de Bosi (1992), 'tomar conta de' reside no sentido básico de 'colo', que importa não só em 'cuidar', mas também em 'mandar'. O administrador manda conforme o sistema estabelecido.

E é desta forma que Mato Grosso vai se constituir como Estado dentro de uma configuração política, social e econômica que visa a expansão de territórios dos países conquistadores e pela necessidade de alargamento de fronteiras para além-mar. Avanço que traz implícita a necessidade de equilíbrio de forças entre as duas potências conquistadoras da época.

Constroem-se, pois, os discursos do 'outro', do colonizador sobre o colonizado e na tensão entre descobrir/encobrir, marcada pelas formas de administração que se concretizam pelo discurso do conhecimento. Neste ponto, é

fundamental a compreensão do estabelecimento e da circulação da correspondência produzida entre os homens que personificam o poder de mando na colônia e na metrópole, conforme veremos no capítulo I.

Para simbolizar esse espaço de estudo sirvo-me, intencionalmente, no título, do termo do Tratado de Madri (1750), que serviu para conciliar os conflitos de posse entre os dois países ibéricos, líderes das conquistas na América, e da obra *As Raias de Mato Grosso*, do historiador mato-grossense Virgílio Correa Filho, que compõe o quarto volume da série de ensaios consagrados ao estudo da fixação das fronteiras do Estado. Conforme comentário introdutório, tais fronteiras *ao Sul e Poente, foram magistralmente delineados pela clarividência de Azara¹, ao passo que na outra, as modificações decorreram dos pareceres de Luiz de Albuquerque.*

Optamos por constituir como objeto o discurso sobre a fronteira de Mato Grosso por dois motivos: a) Como a fixação da fronteira do Brasil passou por vários processos de delimitação, que remontam ao Tratado de Tordesilhas, questionava-me por que os 'tratos' entre as duas nações conquistadoras do século XVIII não eram respeitados. O fato, também, de termos 'plantado' no centro da praça central de Cáceres um dos únicos símbolos ainda existentes desses acordos, o Marco do Jauru, concebido para se assentar *nas partes mais notáveis da fronteira*, aumentava a minha curiosidade; b) Interessava-me discutir, ainda, as construções discursivas da relação entre os poderes constituídos no processo de colonização, num momento histórico de representação do jurídico-administrativo entre esses dois pontos, cuja construção ideológica assegurou a manutenção da hegemonia ibérica na América.

Tais motivos implicavam em des-vendar os relatos oficiais dos administradores coloniais no espaço de sentido do Estado de Mato Grosso, surgido em condições de produção de uma relação colonial.

O Estado passa a significar para o Brasil à época da sua descoberta pelos efeitos de sentidos gerados pelos relatos oficiais, que vêm à tona pelos gestos de leitura do arquivo que serão vistos na perspectiva de Pêcheux (1994), na relação entre língua e discursividade. Atestam sobre a terra, a gente que nela vive e traçam o

¹ Encontramos em Costa (1999) que Felix de Azara foi comissário da terceira divisão de demarcação de limites entre Paraguai e o Brasil.

movimento da comunicação entre a colônia e a metrópole. São, portanto, possibilidades de se encontrar discursividade na relação da língua com a história.

As *Cartas* de Rolim e de Albuquerque estão relacionadas às *Instruções* e são vistas como relatórios. Têm cunho oficial, mas são também narrativas e descrições detalhadas dos fatos observados que norteiam as ações engendradas na metrópole. Não é só dar notícias. É oficializar a conquista. É a memória do dizer se construindo nas/pelas *Cartas*. Uma mobilidade constituída pelo movimento terra/água e dizer/ver, que provoca um funcionamento discursivo de ambigüidade de sentidos na relação do discurso com o interdiscurso.

As *Instruções*, por sua vez, se configuram como o instrumento legal da conquista. Disciplinam a matéria encaminhada à colônia, impondo o movimento de sentidos produzidos sobre a fronteira. Servem de base à textualidade dos relatórios/cartas que, como será mostrado no desenvolvimento do trabalho, são o resultado daquilo que vem prescrito nelas (*Instruções*). Desta forma, matéria jurídica com efeito de ser origem do dizer e uma conseqüente forma de predomínio do poder.

A direção assumida por essa correspondência produz efeitos no jogo das representações que fundam o discurso da fronteira, ao mesmo tempo que dá visibilidade a uma região e a um Estado. Assim, pode ser vista como discurso passível de outras leituras que não só a que o situa como documento/monumento da história, mas na ótica de como a discursividade vai constituindo sentidos que constróem países, regiões e fronteiras. Faz, assim, a nossa história com as suas (deles) letras, num abrangente processo de apropriação.

O discurso político e jurídico-administrativo da colônia em relação à metrópole apresenta-se, na superfície discursiva, como um discurso da relação de poder entre o governante da corte, que traça as diretrizes institucionais da administração nos trópicos, e o administrador da Província, a quem é dado o direito de representar, na colônia, o poder central. Formulação que, no efeito do interdiscurso, administra/silencia outros dizeres e sentidos nos espaços de leitura.

O que se propõe, portanto, é examinar o discurso produzido pelos administradores coloniais nos 'limites móveis' das formações discursivas, em sua constante relação com a exterioridade que repercute no meu trabalho por causa dos

limites nas fronteiras territoriais, que são fronteiras na relação com as formações discursivas, quando se pensa em discurso.

Esse quadro suscita alguns questionamentos que dão norte à investigação: a) Os sentidos produzidos pelas correspondências entre MetrÓpole e Colônia constituíram os limites do Estado? b) Se as correspondências não asseguravam o respeito à fronteira, que mecanismos foram utilizados para configurar/desenhar o traçado oficial do país? c) Seriam os processos de nomeação responsáveis pela fixação da fronteira?

Tais questões se colocam frente à posição teórica que inscreve o meu trabalho na perspectiva da Análise de Discurso (AD), 'disciplina de entremeio' (Pêcheux, 1994; Orlandi, 1996), surgida na França nos anos 60, cujo objeto específico é o discurso tomado como prática social.

Seu quadro epistemológico encontra-se articulado em três vertentes que, conforme Pêcheux e Fuchs (1997), são: a) A do materialismo histórico que dá lugar às teorias da ideologia, das formações sociais e suas transformações; b) A da lingüística, como *teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo*²; c) A da teoria do discurso, como *teoria da determinação histórica dos processos semânticos* (pp. 163-40). Nesse corpo teórico a AD se instaura, operando sobre o discurso enquanto objeto heterogêneo.

Essa relação constitui o ponto crucial do trabalho de 'leitura de arquivo' aqui entendida amplamente como campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão. Os sentidos que surgem dessas relações estão sujeitos a deslocamentos, constituindo o espaço polêmico das maneiras de ler. Portanto, uma relação de trabalho do arquivo com ele mesmo, a memória em perpétuo confronto com ela mesma (Pêcheux, 1994). Pontos que constituem a base da nossa reflexão.

Embora a distância cronológica pareça nos afastar muito do tema, ele se faz presente num momento em que aparecem discursos das igualdades e diferenças de um mundo globalizado, quando as fronteiras entre a natureza e os homens são

² O 'ao mesmo tempo' de Pêcheux permite perceber o lugar da ilusão do sujeito ser a origem daquilo que ele diz.

fartamente discutidas, fazendo entender que se fazem necessárias a partir da constatação de uma abordagem pelo imaginário e pelo simbólico.

A reflexão e a análise desses discursos que nos constituem historicamente possibilitam compreender o presente de outro modo, detectando novas formas de cultura colonial, que insistimos em não reconhecer.

Para organizar as buscas, atendendo ao mesmo tempo o objetivo proposto, dividimos o trabalho em três capítulos. No primeiro, são traçadas as linhas do movimento expansionista, que criou núcleos de povoamento na região onde hoje se assenta o Estado de Mato Grosso considerada, à época, como sustentáculo e porta de entrada da fronteira mais conflituosa do país.

Nesse contexto sócio-histórico, Rolim e Albuquerque, investidos do poder de fixar fronteiras em nome do rei, despontam como duas personalidades chaves na consecução dos objetivos imperiais de conquista, consolidação e ocupação dos espaços, cujos fins estão afinados neste princípio da Instrução: *deveis não só defender as terras que os meus vassallos tiverem descoberto e ocupado, e impedir que os espanhóis se não adiantem para a nossa parte; mas promover os descobrimentos e apossar-vos do que puderdes...* (grifos meus).

Esse princípio norteador dos direitos e deveres dos capitães-generais na colônia, podemos ver como a máxima de toda a Instrução. Propõe, ao mesmo tempo, a defesa e o avanço e cujo teor só era conhecido após a sua indicação para o cargo.

Assim, vão se deslocar o sujeito e os sentidos, impondo a medida disciplinar para uma empresa de colonização de grande poder e lugar da ideologia materializada na história, que se faz pela textualização do político no 'gesto de interpretação' (Orlandi, 1996). O importante é somar a maior amplitude de terras 'permitidas', que serão anexadas ao domínio de Sua Majestade.

O segundo capítulo traz a análise das Cartas, que são discursos produzidos pelos dois administradores coloniais, na relação com as Instruções emanadas da Corte, demonstrando os caminhos dos sentidos percorridos por essa correspondência para configurar o atual traçado da fronteira.

Esses processos discursivos das Cartas e Instruções, seu modo de constituição e funcionamento, interessa-nos pelos processos específicos de significação

da passagem de região para Estado e no que se convencionou chamar de fronteira vista para além da simples configuração geográfica: como lugar de interpretação.

Desfeita a ilusão da transparência da linguagem, as Cartas e Instruções estão focalizadas nas diferentes posições de sujeito que se apresentam em diferentes lugares de significação, mas participando de uma mesma formação discursiva, o que faz com que os processos de nomeação das vilas, dos rios, das fortificações, que são reconhecidos *debaixo das significações portuguesas* dêem o retoque para assinar a escritura de posse e encobrir com cal e homens um mundo que, por si só, já estava prenhe dos próprios significados.

Por último, interpreto o(s) sentido(s) de 'instrução' e de 'fronteira', perscrutando a noção de (i)legalidade e de (des)respeito ao cumprimento dos preceitos ditados pela metrópole, mediando a relação do político com o jurídico-administrativo materializado num lugar específico de poder.

Nessa abordagem, o presente trabalho não tem a pretensão de esgotar, mas oferecer contribuição para a compreensão de toda uma discursividade pela leitura do arquivo documental sobre Mato Grosso, em particular a região do Alto Guaporé-Jauru, no período de constituição da cartografia oficial que configura o Brasil grande de hoje. Consideramos, assim, a historicidade inscrita no lingüístico e o interdiscurso que o permeia e o torna compreensível.

Tomo, finalmente, as palavras de Orlandi (1990:9) para me colocar frente às incertezas e à transparência deste meu texto: *sentidos que chegam com a mesma incerteza do viajante que acaba por dizer sobretudo o que não sabe sobre aquilo que, desconhecido, veio a conhecer. E que está sempre mais além. Como está sempre mais além o sentido profundo do que imaginamos ser o que chamamos Brasil.*

CAPÍTULO I

1 - O MOVIMENTO DA CONQUISTA

“Ó glória de mandar, ó vã cobiça
 Desta vaidade a quem chamamos fama!”
 - Camões, *Os Lusíadas*: IV, 95 .

“O mar da história é agitado.
 As ameaças e as guerras haveremos de atravessá-las,
 Rompendo-as ao meio, cortando-as
 Como uma quilha corta as ondas
 (...)”
 Meu coração tropical está coberto de névoas e mar”.
 - João Bosco/Aldir Blanc, *Corsário* .

No que se refere às condições de produção mais específicas, a história do Brasil significou, num primeiro momento, a conquista do novo sem fronteiras (séculos XV e XVI). Depois, através de um projeto administrativo mais profundo, no século XVIII, apropriação com preocupações de limites e fronteiras. De um ponto de vista discursivo, podemos dizer que é o início da construção de outra relação em que Portugal passa a ressignificar o Brasil.

Com que marcas vão se construir esses novos espaços?

O Novo Mundo, ao mesmo tempo que se impõe como um acontecimento, uma novidade, uma atualidade, vai se formar com os resquícios da velha civilização, que a partir do movimento das conquistas, busca novas fontes econômicas. Paradoxalmente, as descobertas trarão a decadência para as nações peninsulares.

Antero de Quental (1942), discursando no Cassino Lisbonense quando da implantação da estética realista, desenvolve a idéia de que as conquistas foram um dos maiores males e de conseqüências mais funestas para os ibéricos. Tirou o povo da produção, que tornava os países mais exportadores, fabricantes de matéria-prima para o seu próprio sustento e o transformou em aventureiros dos mares. *Atraída pelas*

riquezas acumuladas nos grandes centros, a população rural afflue para ali, abandona os campos e vem aumentar nas capitais o contingente da miséria, da domesticidade ou do vício (p.133).

Teremos, então, um movimento humano pautado pelo desejo de dominação, pela cobiça e pela necessidade de 'dilatam a fé e o império', quando não há mais de onde tirar e para quem vender. O ideário de industrialização já se faz sentir pelas migrações que constróem o novo cenário e as novas formas de conhecimento.

Oliveira Martins (1909), nessa mesma linha de pensamento, escreve que, com o decorrer do tempo, o ouro leva as duas nações a abandonarem os interesses europeus, entregando-se ambas quase que exclusivamente ao ofício de explorar as suas possessões ultramarinas.

E já não estariam ambas decadentes quando se 'jogaram' ao mar?

Os questionamentos sobre a nação que plasmou o povo brasileiro, surgem como ponto nodal para a leitura do arquivo, que dá a conhecer os caminhos percorridos pelas nações ibéricas rumo às conquistas em novos mundos, inaugurando gestos³ que, na visão de Pêcheux (1994), reorganizam o trabalho intelectual na relação da sociedade com a sua própria memória histórica.

De navegadores costeiros, vocação voltada para a pesca de subsistência, os portugueses utilizam a navegação de modo a torná-la transoceânica. Passagem que pode significar a busca de autonomia de produção, marcada por um imaginário já construído. O indício disso encontramos nos relatos que circularam na Europa desde o descobrimento da nova terra. São marcas de um discurso que Sussekind (1990) trata como 'imagens prévias', que vão subsidiar o discurso do viajante, cristalizando a visão do estrangeiro sobre o Brasil.

Póvoas (1995) diz da península que se projeta sobre o Atlântico, caracterizando o povo que se fez conquistador dos mares, numa situação em que *as condições geográficas de um país ou de uma região determinam os rumos de sua história* (p. 55). Determinação, eu diria, que não se dá pelo viés filosófico, mas pela

³ 'Gesto' para Pêcheux é ato no nível simbólico ('jogar bomba', 'assobiar'...) e relativo à leitura de arquivo. Orlandi expande essa noção reservada a um certo domínio para o nível simbólico em geral através da noção de interpretação.

visão da geografia como 'prática social'. Uma história de estratégias políticas quando governar significava se colocar a serviço do rei.

Desta forma, as condições geográficas, políticas e religiosas podem ser tomadas na perspectiva de manutenção da hegemonia do poder e do ideário vigente. O lugar visto como mecanismo da relação de poder, a geografia como 'genealogia do espaço' (Moraes, 1987), caracteriza o país, atesta a sua existência, as suas fronteiras, os seus movimentos, criando condições de governabilidade.

Essa mesma arte de navegar, iniciada no século XVI, passando à ciência náutica no início do XIX, vai imprimir transformações nas conjunturas política, econômica e social dos países conquistadores. As posições são deslocadas à medida que a mudança de lugar transforma os efeitos de sentidos.

O maravilhoso e o fantástico dos primeiros relatos cede espaço para novos 'lugares de memória' (P. Nora), que são objetos de uma história possível. É ainda esse mesmo autor que vê nesses lugares o despertar de uma 'consciência historiográfica', mais precisamente, a do desenvolvimento nacional, conforme pretendemos ler no nosso material de análise.

Conhecer que a supremacia lusitana traz a noção de metrópole e a colônia é o lugar outro de fortalecimento e irradiação desse poder que domina e explora, pode ser um veio para se conceber a construção dos limites ocidentais do Brasil, na época colonial.

Dessa forma, não há como não se ver certo enfraquecimento dessa força irradiadora de centro que, na ótica de Oliveira Martins (op. cit.) traz *conseqüências deletérias*⁴ inexoráveis para as duas potências. O que significa dizer, um acontecimento discursivo com des-locamentos dos limites, das fronteiras e da corte, consolidados a partir do século XIX, quando as relações entre os continentes transformam e reorganizam o mundo.

O fluxo dos metais das colônias imprime o caráter da necessidade de expansão e marca a força de um governo que promove a civilização em terras

⁴ Alguns danos causados à Europa pela descoberta do Novo Mundo: reaparecimento da escravidão, constituição de uma aristocracia do dinheiro e conseqüente impossibilidade do desenvolvimento normal das classes, paralisação da história, formação de novas bases de apoio para a monarquia – "o trono outr'ora de ferro, torna-se de ouro..." (pp. 300-311).

distantes, intensificando-se o controle absoluto da circulação de pessoas e de mercadorias.

Instala-se uma outra tradição de sentido que, no dizer de Orlandi (1993a: 13), o caracteriza como fundador, já que cria uma nova tradição, ressignifica o que veio antes e institui uma memória outra. Desta forma, os discursos a serem analisados serão vistos como fundadores do Estado de Mato Grosso.

A colônia, que passa a funcionar diferente, se estabelece como ponto de apoio para o desenvolvimento dos novos processos ideológicos, o que é revigorado pelo emergente sistema mercantilista que assegura para os países conquistadores a necessidade de expansão. Urge entrar no mundo do sistema de economia colonial e civilizar o Brasil por um projeto administrativo adequado, que dá a conhecer ao soberano a realidade existente, formando a maquete sobre a qual se debruçam para ordenar as conquistas e garantir a posse delas.

Para consecutar esses objetivos imprime-se uma política de povoamento, incentivada pelos privilégios da Corte e pelas imagens pré-construídas no imaginário do povo, atestada pelos relatos: *porém o que faz a riqueza do país e que serve de grilhões aos homens são as boas minas de ouro que tem, e de subido quilate...* (Lacerda e Almeida, 1944:63). A partir desse chamado quase que visceral, vai se plasmando o espírito mutante e os traços característicos da figura do conquistador.

E quem são esses homens que adentram os sertões brutos?

Atraídos pela 'sedução do outro' (Amado, 1997:248), são os que assumem o papel de serem úteis aos interesses do império português, ao mesmo tempo que são levados por um 'ideal' de notoriedade e enriquecimento rápido. Facilitam a conquista pelas informações sobre os costumes, a geografia, forma de organização dos povos, etc., visando não só a construção, posse de terras e primeiras medidas administrativas, mas a consolidação de um sistema comercial e colonial.

João Antônio Neto (1982), apoiando-se em Almir de Andrade, diz que tivemos no período inicial da história do Brasil, cinco tipos de observadores sociais que, no caso específico do nosso estudo, podem ser vistos como os re-elaboradores dos efeitos de sentidos que correspondem ao fazer na colônia. O informante, empenhado em manter a Coroa Portuguesa em dia com os acontecimentos; o missionário, visando

a fins religiosos e de catequese; o aventureiro, que enfrentava os perigos da terra à procura de sensações novas; o narrador, voltado para os interesses da terra e o naturalista, dedicado aos estudos científicos da natureza.

Vemos essa caracterização como práticas sociais da época. Em maior ou menor grau de adaptação ou submissão à Metrópole, constituem traços de discursividade que configuram o imaginário da terra, pelo muito de ficção e exotismo/barbárie dos primeiros relatos e/ou de cientificidade e oficialidade dos últimos.

Podemos ler em Amado (op. cit.) a caracterização desses observadores como 'intermediários' de um processo de aproximação de dois mundos. São usados para a política de informação da Coroa, que podia ser de prestação de contas, de espionagem, de cartografia ou de relatos de viagem.

Enfim, os artífices do nascimento do Brasil, com posições marcadas e objetivos previamente fixados. Estão a serviço do rei, o que constitui indício para se verificar a posição-sujeito, isto é, o lugar de significação historicamente constituído. Os argumentos aparecem determinados pelo jogo possível da relação entre o real e a realidade⁵, que gera o efeito discursivo *regido pelo imaginário, o que lhe dá uma direção ideológica, uma ancoragem política* (Orlandi, 1999:74).

Em qualquer dos casos, são figuras significativas da nossa proto-história e contam sobre o nascimento de uma nação. Con-formam os limites do que vai ser o Brasil a partir dos seus curiosos⁶ relatos.

Como isso pode se dar no discurso que tomo como fundadores da identidade mato-grossense, ao traçar fronteiras e especificar territórios?

Esta classificação histórica, embora não se constitua em nosso objeto de análise, julgamos importante trazê-la neste momento em que tentamos caracterizar os viajantes/conquistadores através da diversidade de textos oficiais que significam no processo de formação da região.

⁵ O real produz efeito pelas determinações históricas que constituem as condições de produção materiais; a realidade é a relação imaginária dos sujeitos com essas determinações (cf. Orlandi, 1996a :39).

⁶ A curiosidade dos relatos está no fato de eles serem tecidos discursivos sobre o Brasil, construindo e traçando diferentes 'gestos de interpretação'(Orlandi,1996a) no movimento da conquista e constituindo acervos que administram os 'gestos de leitura'(Pêcheux,1994) de/para nossa história.

Penso que do simples informante ao naturalista/cientista, há um percurso discursivo que traça o movimento da conquista pela prática social do registro que cria nossos arquivos. Nisso se percebe o espaço de uma fase de atração, que configura a imagem da terra com a imersão numa outra cultura, para uma fase de construção do conhecimento dessa mesma cultura, definindo a hierarquia entre sujeitos do reino e habitantes da colônia.

1.1. O Corpus: Viagens e Instruções

“As palavras invadem esse ermo como ervas.
Todas as coisas passam a ter desígnios...
E vozes de rios e rãs em suas bocas.
Águas manuseiam seus azuis. E, viver
roça no corpo deles”.

- Manoel de Barros, *O guardador de águas*.

Dada a característica do material de análise deste trabalho, haveremos de nos deparar com textos que podem ser considerados entre os do narrador e os do naturalista. Por serem oficiais, escritos por administradores da mais estreita confiança do reino, vão se revestir de uma determinada prática política para gerenciar, à distância, os interesses do povo conquistador. São constituidores de uma relação jurídico-administrativa que vai definir o Estado de Mato Grosso.

Procuro atingir a historicidade desses textos. Seu modo de constituição e funcionamento apreendidos a partir da análise dos processos discursivos em suas múltiplas direções. O fio condutor dessa reflexão é o discurso oficial do século XVIII. De um lado, as Cartas de D. Antônio Rolim de Moura e D. Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, respectivamente primeiro e quarto capitães-generais da Província de Mato Grosso. Por outro, as Instruções da Corte de D. João I e da Rainha Dona Maria I à época dos programas de delimitação da maior fronteira territorial do país, compreendendo os rios Guaporé e Paraguai, na faixa ocidental do Brasil.

Esse material faz parte de obras já elaboradas. As cartas de Rolim são manuscritos compilados, transcritos e indexados pelo Núcleo de Documentação e

Informação Histórica e Regional da Universidade Federal de Mato Grosso. As de Albuquerque compõem a obra *Uma Contribuição para a Sociologia da Biografia*, de Gilberto Freyre (1978), com documentos colhidos na Casa da Insua, da família do administrador. Veio à luz por ocasião das comemorações do bicentenário das cidades de Cáceres e Corumbá, fundadas pelo 'luso brasileiro' como baluartes da segurança na fronteira ao longo do rio Paraguai.

Fazer análise desse discurso oficial sobre fronteira é uma tentativa de compreender os processos de produção dos sentidos de um tempo e de um lugar, pela memória e por um arquivo passível de outras leituras. Afastados os efeitos de evidência, procuramos reconfigurar esse passado e os sentidos que ocorrem na sua pluralidade e/ou imutabilidade.

Abordaremos as seqüências discursivas das Cartas de Rolim e de Albuquerque naquilo em que elas parecem ser mais significativas para o nosso estudo: a sua relação com as Instruções, enquanto origem e instrumento legal de todos os dizeres produzidos na colônia. Pretendemos trazer para a discussão as marcas desse discurso para construir o arcabouço teórico da Análise de Discurso, que nos compromete com os sentidos, sujeitando-nos à linguagem, a seus equívocos e a sua opacidade.

Colocando-nos frente a esse discurso que se produziu sobre Mato Grosso, interessa-nos, também, a construção do que se convencionou chamar de fronteira, os processos específicos de significação e a passagem de região alagada e indemarcável para Estado.

Desta forma, procuramos caracterizar um tipo singular de viajante: aquele que, formado dentro de princípios militares, tratam exclusivamente dos interesses da Corte⁷. Colocam-se para além dos aventureiros do início da colonização. Revestem-se, por ato legal de nomeação, para um papel determinado. São feitos administradores coloniais a serviço do rei e, ao mesmo tempo, exercem o papel de cientistas, participando diretamente das observações, mapeamentos e estudos minuciosos.

⁷ Os traços biográficos de Rolim (cf. Moura, 1982) e de Albuquerque (cf. Freitas Barros, 1952 e Freyre, 1978), nos dão a conhecê-los como figuras de excepcional formação cultural e militar. Luiz de Albuquerque, por exemplo, descende de 'soldados afamados'.

Constituem figuras representativas da Corte. Relatam o cotidiano da colônia, imprimindo nesse discurso o necessário grau de oficialidade, garantindo não só o seu funcionamento como o de toda uma estratégia política de administração.

O resultado dessas anotações constitui o discurso oficial da relação entre os dois poderes: o central, de onde emanam as ordens reais, e o regional, que tem nos capitães-generais a representação máxima do sistema centralizador. Desta forma, a relação de poder subjacente à ação política, é constitutiva do efeito que faz esse discurso funcionar.

Vistos desta forma, os documentos que tomo como escopo de análise, condensam o sentido do seu próprio tempo. O século XVIII se inscreve na passagem do maravilhamento dos primeiros observadores (informantes e aventureiros), para o registro da atestação do real (naturalistas), quando não cabem mais as fantasias e as lendas. *Passagem do imaginário fantástico para o imaginário científico* (Orlandi, 1990:104), derivado de diferentes relações de interlocução. É o período da explicitação e da descrição e atestação dos limites das terras conquistadas, balizado pelos ambiciosos objetivos comerciais e coloniais da metrópole.

1.2. Uma Região, Uma Fronteira

“No pantanal ninguém pode passar régua. Sobremuito quando chove. A régua é existidura de limite. E o pantanal não tem limites”.

- Manoel de Barros, *Livro de Pré-coisas*.

Na visão de alguns intelectuais que refletem sobre a colonização/construção do Brasil, os povos peninsulares já haviam iniciado o seu processo de decadência quando aqui aportaram.

Paulo Prado (1972), escrevendo sobre o singular fenômeno da formação do homem do planalto piratiningano, diz que a região cercada pela Serra do Mar, impediu a penetração da raça descobridora, viciada e já corrompida. *O caminho do mar*,

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

como era conhecido, facilitou o desenvolvimento de uma raça de têmpera dura e aspecto agreste de Goiás e Mato Grosso.

Como São Paulo não permaneceu isolado o tempo todo, os caminhos abertos que puseram fim ao isolamento, causaram o  xodo da popula o para o interior, atraídos não são pelos sonhados Eldorados, mas pelas necessidades de manuten o e alargamento do poder.   a fase do bandeirantismo⁸ paulista de prea o de índios e cata do ouro que configurou o interior do Brasil e fez surgir Mato Grosso.

Assim, desfaz-se a fronteira entre os povos e a separa o entre os continentes. Acontece com os paulistas o correspondente aos povos ibéricos. Estes, inicialmente isolados no trabalho para dentro dos seus próprios limites, lançam-se para as conquistas. Pelo mar chegam   América. Os paulistas, pelos rios, em expedi es mon eiras que provisionavam os núcleos de povoamento e catavam o ouro de aluvi o⁹, chegam ao interior, empurrando a linha limítrofe e alargando as fronteiras. Mato Grosso se faz importante porque significa a entrada no Tratado de Tordesilhas, colocando-se para além do legalizado.

Por isso, não se estabelece um grupo social marcado por sua própria existência mas, ao contrário,   constituído pelo movimento que deixa espaços vazios de si, construindo uma sociedade e delimitando a fronteira, pois, *durante o período de minera o, o que se assistiu foi a um cenário de fome, pobreza e miséria* (Siqueira, 1990:17), que gera o mito do espaço vazio, ainda hoje visível no Estado.

Assolados pelas dificuldades, o fluxo migratório não se arrefece. Os caminhos fluviais das mon es¹⁰ foram constantemente modificados para facilitar a entrada das novas expedi es e, principalmente, caracterizar o movimento do ir e vir que marca o nascimento da região. Manter a atualiza o das rotas   imperativo do acompanhamento do fluxo não são de gente, mas principalmente, das  guas. Portanto, limites móveis, que afetam a demarca o e a produ o discursiva.

⁸ Cf. Barros (1992) que discute a constru o da figura do bandeirante nos livros didáticos sob a perspectiva da Semiótica da narrativa e do discurso.

⁹ Tipo de ouro encontrado na região de Cuiabá, de fácil extra o e esvaziamento rápido. Caracterizou a funda o dos núcleos populacionais.

¹⁰ Expedi es Fluviais em pequenas embarca es que atravessavam regiões de difícil acesso, facilitando o avanço das conquistas. O sentido do termo alude   comunica o e ao movimento dos ventos.

Também dá grande descômodo àqueles moradores (de Vila Bela) a dificuldade da comunicação com esta Vila (Cuiabá) porque o caminho que até agora houve no tempo das águas se alaga de modo que fica de todo impraticável e ainda nas secas tem bastante dificuldade. Querendo remediar a isso encarreguei a um sertanista de bom nome me abrisse outro por me afirmar ser possível que fosse livre dos incômodos do antigo... (Carta de Rolim a Corte Real. Cuiabá, 8/8/1751); grifos meus.

A relação terra/água(s) e a abertura de caminhos é forte e tem uma importância simbólica no processo de ocupação. Pela fixação dos limites e pela necessidade de comunicação se faz a possibilidade mesma da existência. A dificuldade gera e impele o movimento da conquista e da investidura dos limites que se impõem apagando a noção de que existiam determinações específicas das configurações dos espaços. O discurso do administrador dilui a norma, afetado pelas condições móveis em que é produzido.

Entre Vila Bela (a primeira capital) e Cuiabá (primeiro núcleo de povoamento), os caminhos se inscrevem na sua aspereza durante a maior parte do tempo. Somente a força do documento oficial pôde fazer com que Rolim de Moura se aproximasse o mais possível do rio Guaporé, assegurando as ligações fluviais pelo Amazonas: *Também não foi escolhido o lugar para a Vila (Vila Bela) pela forma que a dita ordem prescreve, porque V.M. na minha Instrução deixa essa escolha ao meu arbítrio...* (carta de Rolim de Moura à corte Real. Vila Bela, 28/5/1752), grifos meus.

Ocorre que o ato não é espontâneo. Os locais eram escolhidos por uma razão estratégica ou geopolítica que não vinha a público pelo grau de segredo com que era revestida. Eram planos e estratégias de ocupação de territórios para os quais eram necessários homens afeitos a esses propósitos, com formação específica para a tarefa de cumprir as reais determinações.

Barbosa de Sá¹¹ (1975), relatando sobre as condições climáticas de Vila Bela, o ponto mais extremo da fronteira e, por isso, mais sujeita a entradas dos espanhóis, critica o local escolhido por Rolim como *hum charco moradia de jacarés e capivaras*. Forma-se um determinado contorno do imaginário que passa a funcionar

¹¹ Cronista reconhecido como o primeiro mato-grossense contemporâneo dos acontecimentos da colônia.

como elemento constitutivo na relação do poder local com o poder central, a quem só interessavam os resultados imediatos.

O uso do arbítrio concedido pela Instrução a Rolim, faz com que, por razões de segurança na fronteira, opte pelo local que considerou mais adequado aos interesses do reino. Isso traz o funcionamento da associação real/realidade, que não se dá na relação de igualdade, mas na diferença do olhar do administrador, tomado pelas necessidades do momento. O efeito de sentido resultante é a diluição da dimensão histórica da própria relação colonial.

O encanto do primeiro encontro com a terra desconhecida, dirá Paulo Prado (1997:97), desapareceria aos poucos para ser substituído por uma dura realidade. Isso já dizia Albuquerque em carta ao marquês de Pombal (1774): *O ar he geralmente pouco salufifero (...) muito quente e como abafadiço, infestado de mosquitos (...)*. Uma clara referência às doenças, insetos, ataques dos índios, insalubridade do clima e toda sorte de intempéries a que se sujeitava o colono para atravessar os longos caminhos das expedições oficiais, a maioria de caráter científico, quando os registros passam a atestar o real, dando lugar às anotações dos naturalistas em suas incursões pelo Brasil central.

Na entrada para o interior há vários percursos utilizados pelos conquistadores do período colonial, utilizando-se basicamente dos rios a começar pelo Tietê, em São Paulo, que possui a singularidade de correr para dentro do continente, carregando para o interior a onda de colonização.

Holanda (1994:143) descreve o roteiro das primeiras viagens, *que se faziam sem ordem e sem época determinada* e nas alterações do itinerário de modo a vencer as partes encachoeiradas dos rios. Movimentos que o tempo e a experiência determinavam.

Póvoas (1995:59) relata que o *grande leque hidrográfico corre todo para o rio Paraguai, o principal desse complexo sistema potamográfico, verdadeira calha que coleta todas essas águas para levá-las ao rio Paraná, que as descarrega no Prata.*

Nessa via aquosa vai se construindo o lugar das (im)possibilidades, sinalizadas pelos interesses políticos e de administração. Uma passagem que define

uma região ainda indefinida pela vastidão dos rios e sangradouros¹² naturais que dão origem ao pantanal.

Assim, o movimento desses (des)limites geram os aglomerados populacionais às margens dos rios e faz surgir Mato Grosso no discurso do acontecimento da conquista. Esse movimento que vai significando a delimitação e a posse apaga e constrói os 'lugares de memória' que se estabelecem e se transformam, produzindo os sentidos para Mato Grosso.

1.3. Rolim e Albuquerque: Fronteiras do Reino

“O homem deste lugar é uma
continuação das águas”.

- Manoel de Barros, *Livro de Pré-coisas*.

“_ despaizado
na demarcação da espera
o homem
garimpa seu destino”.

- Silva Freire, *Águas de Visitação*.

Dois administradores coloniais podem ser consideradas as figuras 'fronteiriças' da época: Rolim de Moura, primeiro¹³ capitão-general da província, responsável pela fundação estratégica de Vila Bela e Luiz de Albuquerque, quarto na ordem dos governantes coloniais, balizador dos principais pontos de segurança na linha de fronteira, dentre eles Vila Maria do Paraguai (hoje Cáceres).

Busco entender, a partir do lugar de mediadores do discurso oficial, a relação de sentidos pela qual o Estado de Mato Grosso vai significar para o Brasil na

¹² Sangradouro é uma denominação comum para o movimento das enchentes dos rios que *sangram* para fora do seu leito. Nomeia uma avenida às margens do rio Paraguai, em Cáceres, construindo o espaço de laboração da memória discursiva.

¹³ O 'dogma' de primeiro capitão-general é discutido por Paulo Pitaluga Costa e Silva (1998). Seu estudo comprova que Gomes Freire de Andrade, governador da Capitania do Rio de Janeiro, administrou interinamente a Capitania de Mato Grosso entre a sua criação (9/5/1748) e a posse de Rolim de Moura (17/1/1751). Cf. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1998.

fase de sua configuração territorial. Assim haveremos de nos deparar com textos que são, conforme Nunes (1996:53), provedores de descrições e comentários, textos quase sem fronteiras, misto de narração e documento oficial.

Rolim narra em suas “Relações” e nas Cartas às instituições superiores. Narra para traçar limites e construir outra memória. Albuquerque narra e descreve, em situação oficial, para além do simples traçar limites. Produz o discurso para consolidar, como se nota em: *he certo que a vantagem política de ocuparmos as margens ocidental do rio Madeira (...) facilmente poderíamos sustentar a posse della e ocupalla com forças* (carta de Albuquerque a Pombal, 1774), grifos meus.

Essa variedade discursiva pode ser vista como síndrome de uma estrutura vigente na época, relacionada ao acontecimento colonial de avanço e de posses de novas terras. Em outras palavras, sentidos produzidos pelo colonizador que ficam marcados no/pelo discurso produzido.

As Cartas funcionam sobre um efeito de algo que já está construído, ou seja, efeito de pré-construído, baseado no que determina a Instrução, feita em outro lugar, interferindo na ação do sujeito submetido à autoridade soberana.

Uma retórica vista como construção historicamente determinada de formas de discurso, que correspondem à forma de construção do país. Representam a imagem da terra. São minuciosas, servindo, não só de fontes de informação, mas de pontos precisos para os traçados dos mapas as conseqüentes estratégias de ocupação.

Podemos dizer que tais textos pretendem não só explicar os fatos do Novo Mundo, dando conta de estabelecer a relação do colonizador com o colonizado, mas dar cunho científico e efetivar atos políticos e administrativos da colônia. Ao relatar, re-interpretam o que está posto. Apropriam-se do já nomeado, criando um novo espaço discursivo que toma o lugar do já existente.

Por esse discurso, que vai se construindo ao longo do tempo, é que entramos na história da constituição da fronteira oeste de Mato Grosso, para compreender os sentidos trazidos pelos acontecimentos e *restabelecer os implícitos, os não-ditos, os estereótipos* (Nunes, 1998:25).

Como fato da história que reclama sentido, os acontecimentos que dão conta da importância estratégica de Mato Grosso atestada nos documentos, dão a

conhecer os administradores coloniais como figuras talhadas, pensando aqui em 'talhe', porte, que no texto oficial aparece como de *profunda erudição e perfeição de espírito*.

Correa Filho (1959), historiando sobre a formação do Mato Grosso colonial, escreve que os capitães-generais eram individualidades que sabiam atuar com *descortino e exemplar dedicação*, conforme as conjunturas, que raramente poderiam aguardar as difíceis comunicações com Lisboa, pois acostumados com as estreitezas dos domínios portugueses se sentiam 'esmagados' pela capitania *tão vasta, tão inculta*.

Assim, o administrador local representa a extensão da voz do centro polarizador das ações. Ao funcionar como substituto da palavra do rei, representado nele, institui-se, discursivamente, como espaço do diferente, afetado por uma outra ordem do real. De modo ambíguo, ao ser nomeado para o cargo, passa a falar em nome do rei ao mesmo tempo em que é o vassalo leal, com poderes limitados pela Instrução e pela própria formação. Explica-se, assim, que *no discurso político a fala do representante se caracteriza por uma retórica de apropriação: o sujeito se transforma naquele do qual ele ocupa o lugar, dadas suas condições que o legitimam* (Orlandi, 1987).

Podemos ver, pelos recortes discursivos, que a fala do administrador é determinada pelo efeito de pré-construído do discurso jurídico:

Fareis frequentar, quanto possível a navegação e a pesca do rio Guaporé, para que não tome vigor com a negligência de nossa parte, pretensão em que tem entrado os espanhóis de assenhorear-se eles (...) deveis ter cuidado em que não se abandone por isso o trânsito de canoas que ao presente se pratica do Cuiabá para são Paulo, pois por muitas e importantes regiões convém conservar-se frequentado pelos meus vassalos aquele sertão. (Instrução da Rainha para Rolim de Moura); grifos meus.

O esforço de manter o movimento na fronteira é 'conveniente' para enfraquecer o outro lado confinante. De certa forma parece ser o que funciona como estratégia. Ao governador cabe assegurar a freqüência dos atos (*navegação, pesca, trânsito de canoas...*) para caracterizar esse movimento. Significa dizer que sobre os seus ombros recai o encargo (obrigação) de cumprir tais determinações, frutos de cláusulas tácitas dos acordos no espaço do jurídico.

Tal funcionamento se presentifica no movimento de apropriação dos espaços. Nas povoações que vão surgindo, o cuidado está no armamento dos homens para 'conter' o avanço do outro 'com vigor', procurando que andem quanto possível exercitados e disciplinados. A ordem é o método de manutenção do poder. Os locais se transformam pelas construções das fortalezas de defesa (Príncipe de Beira, no Guaporé), pelos presídios (Miranda e Nova Coimbra, na parte sul). Estruturas que fixam o lugar e a memória.

Essa condição faz pensar que a constituição da fronteira é, acima de tudo, ato de legalidade política: *deveis ter cuidado, fareis freqüentar, convém conservar-se freqüentado*. É algo a ser respeitado pela eficácia do imaginário. Entretanto, não se respeitaram os 'tratos' em todo o processo de manutenção dos limites das posses das terras conquistadas. A questão do (des)respeito estaremos perseguindo em nossa análise a partir das evidências e da trama dos relatos.

Nessa perspectiva, retomamos Foucault (1998), quando diz que o *sistema de restrição* se presentifica no discurso e determina para os sujeitos que falam *ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis pré-estabelecidos*. Os administradores, em suas singularidades de homens afeitos ao serviço real,¹⁴ cumprem o que está determinado, embora se verifique nas correspondências sintomas de ação individualizada.

Por isso, Luiz de Albuquerque se destaca, pois levou o exercício da diplomacia em todas as suas extensões, o que lhe valeu as glórias de anexar à cartografia nacional a maior extensão territorial conquistada no período colonial, conforme reza em sua Carta a Pombal: (...) *seria hum prejuizo certo e muito consideravel o estabelecer huma obra semelhante que deve ser de solidez e duração num sitio que inundará completamente nas cheias grandes*, que produz um deslizamento do que é prescrito pela Instrução. Conhecer dá, ao administrador, o status de também poder legislar, dentro dos limites que lhe é preceituado.

¹⁴ A formação dos capitães-generais nos é dada conhecer também pela carta-instrução de 13/8/1771, que Melo e Castro encaminha a Albuquerque: *as luzes que V.S. adquiriu na Praça de Almeida, lhe servirão de grande socorro para distinguir os bons dos máos castelhanos* (cf. Virgílio Correa Fº, 1926).

É ainda sob as idéias de Foucault (op. cit.), que dizemos que o limite da produção discursiva é determinado pela própria sociedade que controla, seleciona, organiza e redistribui os procedimentos, que são grupos de procedimentos de controle e delimitação do discurso, cuja maior evidência é a *interdição* ao que se diz: *Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa.*

No nosso caso, vemos que o discurso jurídico pode ser considerado um dos casos de interdição. Nos relatos oficiais que circularam no Mato Grosso colonial, cria-se um espaço fechado entre dois pontos geograficamente distantes.

Entre as Instruções emanadas da Corte para a colônia e as Cartas (narradas e descritas) dos administradores e cientistas não há contraste, mas gesto de reconhecimento, necessidade de unificação consecutados por Rolim e Albuquerque. Ambos realizam o dizer do rei, mas com deslize, fato que garante a criação e a manutenção do seu próprio poder como soberano na colônia.

Desta forma, podemos vê-los como figuras representativas do lugar específico do processo de domesticação na relação do político com o jurídico, mediando o sentido da fronteira.

Pelos textos dados a conhecer compreende-se a importância que Portugal dava à fronteira pelo rio Guaporé, referida neles como *chave e propugnáculo do sertão do Brasil*. Institui a relação administrativa da Corte com o ponto mais longínquo . Extremos que se tocam por interesses determinados: lugar onde conhecimento e discurso se juntam a serviço do Estado.

Estar na fronteira não é só estar nos limites geopolíticos de uma região. Faz surgir uma nova figura: a do administrador colonial que desloca sua ação para a de soberano. O seu dizer passa pela sua experiência e sobre os fatos que reclamam sentidos. Estes, afetados pelo real da colônia, derivam para outros lugares. Daí termos o administrador sujeito ao juridicamente determinado pela Instrução, que produz o efeito de sustentação mútua dos discursos produzidos na colônia.

O que se vislumbra é uma posição sujeito que, embora pareça se transformar, se adapta ao cumprimento dos objetivos propostos pelo poder central, ponto nodal da nossa questão, que estaremos retomando no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

2 - O FUNCIONAMENTO DO DISCURSO OFICIAL DO SÉCULO XVIII

“Navegadores portugueses tinham uma frase gloriosa
Navegar é preciso, viver não é preciso”.

- Fernando Pessoa, *Palavras de Pórtico*.

“Há um rumor de útero que muito me repercute
nestes brejos.
Aqui o silêncio rende. Assim na pedra como nas águas.
Decretadamente senhores”.

- Manoel de Barros, *Livro de pré-coisas*.

Os sentidos dominantes dessa época são os de progresso e de liberdade coletiva do povo, visando a atividade mercantil e o alargamento do poder em outras terras.

Adotado pelas monarquias absolutas como sistema de reforma do Estado, o Iluminismo fortalece o poder real, tornando-o mais eficiente pelo uso da razão. A ação na colônia é marcada por esse sentido burguês de conquista sob um modelo de metrópole que garantiu sua continuidade pela necessidade de extensão ultramarina. Novas forças emergem com base num governo forte, absoluto que é irradiado, na colônia, pela transferência do poder central através da figura dos administradores locais.

As crônicas históricas como narrativas do cotidiano das novas terras conquistadas, relatos e cartas oficiais aparecem como manifestações da memória institucional cristalizada e historicamente determinada.

Por essa constituição do sentido, somos chamados a entrar no simbólico e a estabelecer, de um lado, uma relação com a palavra e de outro, com os ‘lugares de memória’ constitutivos da ação humana numa fronteira que é definida por rios (Guaporé e Paraguai) que são fontes de cobiça e de necessidade de manutenção dos povos ibéricos.

A história está na relação de poder e de sentido. Apreendê-la significa se colocar nos espaços das tensões e dos conflitos que se abrem à interpretação.

Como fala Pêcheux (1997), a materialidade específica do discurso é o confronto entre o histórico e o lingüístico, que cria um espaço teórico entre esses pontos. Todo enunciado é suscetível de tornar-se outro diferente de si mesmo, desloca-se discursivamente de seu sentido para derivar para um outro. Os documentos não serão, portanto, vistos como fechados em si mesmos, mas constitutivos de temporalidade e de acontecimento para além do cronológico.

Na análise de Discurso existe uma relação entre a língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo e a discursividade como inscrição de efeitos lingüísticos materiais na história (Pêcheux, 1994). Isso pode ser observado, no nosso caso, na análise dos relatórios produzidos em situação de extrema vigília e controle e que vão questionar a constituição do acervo documental sobre a fronteira.

A leitura das Cartas e Instruções do século XVIII nos leva aos questionamentos dos dispositivos discursivos de funcionamento da língua na história, traduzindo a pluralidade dos gestos de leitura possíveis que nos fazem compreender o processo sócio-histórico de ocupação do extremo oeste de Mato Grosso.

Situamo-nos, assim, nos espaços polêmicos das formas de ler e na relação entre linguagem e discursividade, lugar onde se inaugura uma nova percepção do político em sua materialidade lingüística e histórica, pois o texto se inscreve numa temporalidade (memória) e se deixa atravessar pelas relações entre diferentes formações discursivas, produzindo diferentes efeitos de sentido.

É ainda Pêcheux (1997:53), que concebe o enunciado como pontos de deriva, oferecendo lugar a interpretações, espaço onde trabalha a Análise de Discurso. Irrupção de acontecimentos que nem a língua e nem o sentido podem esgotar inteiramente, o que constitui a base para se vislumbrar a abordagem do documento vivo e não a leitura estabilizada, *sob a ótica das nossas singularidades e exotismo às vezes atraentes às vezes marcados pela barbárie* (Orlandi, 1990:34).

Persequimos alguns caminhos na busca desses sentidos: a) Qual a relação da forma de discurso do sujeito-administrador com a forma de discurso da Instrução? b) Como esse sujeito se marca no funcionamento das cartas e no

funcionamento discursivo das Instruções? c) Como o funcionamento discursivo das cartas e das Instruções (do instrumento administrativo e legal) vão constituir/construir/delimitar/fixar a fronteira? Esses questionamentos se ligam a uma formulação mais genérica da minha investigação: Por que se (não) respeitam fronteiras? Questões estas que estaremos perseguindo nos próximos capítulos.

2.1. O espetáculo político: as condições de produção

“A água passa por uma frase e por mim.
Macerações de sílabas, inflexões, elípses, refegos.
A boca desarruma os vocábulo na hora de falar
E os deixa em lanhos na beira da voz”.

- Manoel de Barros, *O Guardador de águas*.

A imagem da fronteira produzida historicamente é constitutiva do movimento da conquista, da fortificação e do povoamento dos ‘espaços vazios’, determinando a relação entre o colonizador e o colonizado, que no século XVIII se projeta em forma de tratados e acordos diplomáticos. Atitude que fixa a priori o sentido do contato e seus resultados.

Os espanhóis ocupam, pelo Pacífico, a região dos Andes e avançam para a área delimitada pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Os portugueses, pelo litoral do Atlântico, caminham em direção ao interior. Forma-se o cenário dos choques constantes pela disputa das terras à época colonial, construindo a trama histórica desse movimento.

Precisar a linha de Tordesilhas gera discussões que perduraram até a sua revogação pelo Tratado de Madri (1750). A questão demarcatória das fronteiras continentais do Brasil constitui um capítulo extremamente rico e polêmico da nossa história, projetado na imagem produzida pela retórica da autoridade na relação entre colônia e metrópole, cujos resultados são inventariados nos relatos oficiais dos administradores da colônia.

A região ocupada hoje por Mato Grosso permaneceu fora dos interesses da Coroa Portuguesa até a segunda metade do século XVIII. No entanto, a sua sobrevivência se fazia necessária.

Cuiabá era o ponto mais avançado da ocupação portuguesa a oeste (Volpato,1996). Pelos constantes movimentos dos mineradores em busca de novas jazidas e o iminente avanço espanhol, desloca-se a necessidade de novo povoamento na região do rio Guaporé, avançando em terras de possessão espanhola pelo Tratado de Tordesilhas. Era um mundo novo aberto aos novos sentidos que já estavam sendo construídos pelas constantes levas de aventureiros.

Os efeitos dessa penetração se dão em 1719, quando é dado a conhecer o primeiro Arraial denominado Forquilha¹⁵, às margens do rio Coxipó do ouro, região da Chapada, que começa a ter importância para a Coroa portuguesa.

Como diz Siqueira (1990:11) *esse aglomerado humano exigiu uma organização social em bases diversas da fase anterior do bandeirismo nômade de preação de índios*, que mudam as relações e as posições. Nesse movimento de posse do 'indevido' coloca-se a tensão entre as condições de produção. De um lado, o conquistador com o poder exercido pela força da técnica e da ciência; de outro, o conquistado na posição de originário da terra.

Meireles (1989), refletindo sobre a fronteira do rio Guaporé no século XVIII, coloca que os povos autóctones eram, à época, taxados de bárbaros porque as idéias do conquistador com relação a eles eram medievais pela *preocupação com a alma e exacerbação do sentimento religioso, o espírito de aventura e a tendência a buscar novos horizontes*. A barbárie se coloca na fronteira dos sentidos produzidos entre o selvagem e o colonizador, corroborado pelo mito do espaço vazio, que se forma pelo reflexo do desconhecimento histórico.

Com a chegada do homem branco na margem oriental do Guaporé, já se encontravam nações indígenas devidamente sedimentadas que *exerciam indiscutível controle sobre a região* (idem pp.10-11). Instala-se a intervenção na história, através de

¹⁵ Forquilha significa o local da bifurcação do rio Coxipó do ouro em dois braços, evocando uma *relação de origem* (Guimarães, 1992).

um sistema articulado entre o discurso produzido 'lá' (que 'manda descobrir') e o produzido 'aqui' (que assegura o avanço e a posse).

Nessa nova fase, o ouro que aflora na Forquilha e depois às margens do ribeirão Prainha (hoje região central de Cuiabá), transforma o cenário político da região. De arraial a vila, novos processos de identificação criam condições para o desenvolvimento de práticas em que os sentidos e os sujeitos aparecem re-significados.

O crescimento da Vila faz que, em 1748, no auge das discussões do Tratado de Madri, se transforma em Capitania de Mato Grosso, com administração própria, é resultante de duas forças: a interna, movida pelos sonhos do Eldorado e a externa, fruto da ação diplomática da metrópole, gerando a coexistência de sentidos opostos formulados em formações discursivas distintas.

A forma colonial de organização político-administrativa pode ser vista como sintoma do caráter de determinação pretendido pela metrópole. Nas palavras de Orlandi (1993b:64) *determinar discursivamente é tornar legível, visível o que na instância da subjetividade e da individualização significa isolar, controlar o sujeito e o sentido (já que eles se constituem ao mesmo tempo)*.

Assim, a colônia passa a significar diferente, de outro modo, no momento da necessidade de assegurar as riquezas produzidas através do traçado daquilo que viria a ser o traçado definitivo do Brasil grande de hoje.

Está esta capitania cortada de vários rios caudalosos nos quais se metem outros de menos poder mas também de canoa, e estes não somente conduzem a Araraguaba e Pará, mas dão por uma e outra parte caminho fácil para as terras de Castela pelo que se não poderá impedir o extravio do ouro sem trazer continuamente neles canoas armadas (...) de modo que possam resistir ao Paiaguá (...) porque esses rios no tempo das águas formam vastíssimos pantanais ... (carta de Rolim de Moura a Corte Real 6/8/1751);grifos meus.

O jogo discursivo entre as dificuldades causadas pela águas e pelos índios e a necessidade de resistência com armas traz um deslizamento de sentido onde podemos ver como se dá o processo da posse.

Conquistar é apropriar-se, povoar incorporar. Pode-se dizer que se desloca o limite posto pelo Tratado, apagando a memória do próprio documento legal,

que é o discurso que 'disciplina' o olhar para uma finalidade de ordem prática, tendo como função dar o estatuto da consolidação do território ocupado.

A delimitação da fronteira de Mato Grosso está, pois, ligada ao sentido do político e da relação de poder que traçou os limites da soberania portuguesa pelos balizamentos naturais dos rios Paraguai e Guaporé.

Os textos oficiais oferecem o lugar da re-constituição da memória desse espaço geográfico em que um povo em processo de expansão territorial entra em contato com outros povos de culturas diferentes, resultando no confronto das relações de força e de sentido. Nessa tensão se constrói a identidade do povo.

Desta forma, os Tratados representam, no Brasil da colonização, não só peças importantes de acordos diplomáticos entre as duas potências na América, mas a possibilidade de os brasileiros encontrarem espaços de interpretação para trabalhar novas fronteiras¹⁶. Compreender esse espaço significa compreender o sujeito e a constituição do próprio povo.

Assegurar fronteiras se relaciona com fundação de núcleos populacionais, o que Costa (1997:33-34) caracteriza como forma de revigorar a presença branca na área ocupada e assegurar a supremacia portuguesa além de Tordesilhas.

Nessa ambigüidade é que vai se colocar o sentido da fronteira que veremos funcionar pela materialidade dos relatos oficiais.

Constituir povo e fundar núcleos a que preço? E que povo é esse? E os outros? Há um apagamento dos detalhes dessa formação nos textos de arquivo pois estão voltados especificamente ao interesse informativo, ao politicamente determinado.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

¹⁶ Reportamos aqui às recentes publicações sobre fronteira do Dr. Airton Reis Jr. e do professor Ms Elias Januário (Unemat/Cáceres), respectivamente nos jornais "A Notícia", de Cáceres e "A Gazeta", de Cuiabá. Da mesma forma, a professora Dra. Regina Beatriz G. Neto (UFMT), citada neste estudo, trabalha a noção de fronteira na formação dos novos núcleos de colonização no norte de Mato Grosso.

2.2. Caminhos dos Sentidos

"Aqui, o luar desova...

Insetos umedecem couros

E sapos batem palmas compridas...

Aqui, as palavras se esgarçam de lodo".

- Manoel de Barros, *O guardador de águas*.

A historicidade dos relatos faz emergir a figura do conquistador, marcada pela condição de súdito do rei, a quem empenha fidelidade absoluta. O efeito de sentido entre os locutores da Corte e da Colônia vai produzir uma aparente estabilidade entre os discursos produzidos, que se dá no jogo de palavras da instrução com a posição do administrador, encaminhando a configuração da metodologia adotada nas ações referentes à fronteira.

1-... terá V. S. todo o cuidado em animar o dito comércio por todos os meyoos que lhe forem possíveis de tal sorte porem, e com tal disfarce que não paressão que V.S. o promove, e menos que tem ordem para assim o fazer. (Instrução de S.M. a Rolim de Moura); grifos meus.

2-Na Instrução, que Sua Majestade foi servido mandar me dar para me reger neste governo, me ordena o mesmo Senhor lhe faça presentes quaisquer outras providências, além das emanadas nas suas Reais Ordens, que me parecerem próprias para o fim pretendido de se aumentar, e fortalecer a nova Vila de Mato Grosso. (Carta de Rolim a Diogo de Mendonça Corte Real. Cuiabá 27 de junho de 1751); grifos meus.

Os propósitos oficiais se dizem em palavras como *cuidado*, *todos os meyoos possíveis*, *disfarce*, num jogo de mostrar o aparato legal e esconder as *reais* intenções. O administrador aí age para dar respostas ao 'fim pretendido', o que autoriza 'toda' ação individual. A identidade do europeu é 'mascarada', 'en-coberta' (clara alusão sinonímica à 'dis-farce') no contato com o outro. Os interesses já não se ligam apenas ao econômico, mas ao jogo do poder mediado pelo político e pelo jurídico-administrativo.

Temos no fragmento (2) da carta de Rolim, uma referência direta à Instrução, ordem maior que compõe o ordenamento jurídico, aparecendo como fonte a partir da qual emanam todos os dizeres da colônia. Não é uma instrução qualquer, mas aquela que disciplina a matéria e nasce na corte de Sua Majestade, assegurado pelo uso da adjetiva que concorre para estabelecer a restrição do objeto anteriormente designado (*que Sua Majestade, que me parecerem propicias*).

A Instrução articula as relações pelos referentes que se estabelecem a partir da posição hierarquicamente superior (*terá V.S., de tal sorte porem, e menos que tem ordem*), com objetivo de estreitar o mecanismo constitutivo da interlocução. A marca da pronominalização em *me dar, me reger, me ordena*, inscreve a relação de poder falar em nome do rei e determina a transferência de responsabilidade da Metrópole para a Colônia.

O fragmento (1) relativo à Instrução é como que um 'plano secreto', apensado à pasta de trabalho do governante, cujo teor só era conhecido após a sua nomeação para o cargo. Desta forma a estratégia da indicação e a formação dos governantes se faziam necessárias. Apenas aqueles talhados para o ofício eram escolhidos, pois vinham de uma formação escolar de diplomacia, de responsabilidade militar e de obediência.

Desta forma, investidos, na colônia, 'como rei', a eles é transferido o poder da ação régia descentralizada. Poder dado, mas limitado pela Coroa. Daí as Cartas dos administradores locais serem consultas e, ao mesmo tempo, prestação de contas das ações.

Assim, o dizer da Carta nasce de outro dizer formulado em outro lugar, na metrópole, mas não menos eficaz. Cabe ao governante a obrigação de dar a conhecer o conteúdo dos documentos na redistribuição da sua correspondência, através das cartas-instrução, o que sinaliza para o respeito às determinações das normas da fronteira e ratifica a relação súdito-rei. Tal característica se manifesta no tratamento em terceira pessoa (*Vossa Senhoria, Sua majestade, lhe forem possiveis, lhe faça presentes...*), nos preceitos ditados pela Instrução (*todos os meynos possiveis*) e no funcionamento discursivo afetado pela inscrição do sujeito nas diferentes formações discursivas.

Como podemos observar nos recortes das Instruções recebidas por Luiz de Albuquerque:

1. ...um dos seus objetos he instruir o governador de Matto Grosso sobre as cautelas que deve tomar contra as infestações daquela perniciosa sociedade.
2. ... achara V. S. tudo o que deve obrar para conciliar a amizade e confiança dos índios da margem oriental do Guaporé e dos Paiagaz e para civilizar e atrahir os índios silvestres.
3. ... e como a execução deste plano he de uma grande importância para a segurança e fortaleza da Capitania de Matto Grosso...
4. V. S. verá as positivas ordens que deve seguir não somente para se conservar na posse em que nos achamos (...) mas na ocupação de toda margem oriental do rio Guaporé...(grifos meus).

Aqui se presentifica o 'permitted' para a organização do plano mantenedor da 'segurança' e 'fortaleza' da Capitania de Mato Grosso. A estratégia administrativa tem dupla função: conservar o que já está tomado/conquistado e avançar. A necessidade das conquistas concorre para o equilíbrio de forças entre as duas potências ibéricas. O avanço de um lado, referenda, tacitamente, o avanço do outro.

O plano é de estratégia administrativa que se dá em nível de mundo globalizado, cuja discursividade está pertinente com o projeto do dominador, mostrando o que parece estar silenciado, como em *perniciosa sociedade*, cujo abafamento será possível pela *amizade e confiança* (para civilizar). Reforçam o argumento o *plano* e a *vigilância* para se *manter, fortificar, ocupar e conservar a posse*.

As providências, portanto, vão além das ordens recebidas, o que fortalece o argumento a favor do mesmo objetivo, do mesmo fim pretendido e expresso na Instrução, que é o de *umentar e fortalecer* o domínio da terra conquistada. Tais considerações não de ser próprias e adequadas aos fins de delimitação.

São produtos dos discursos dominantes na época, portanto, historicamente determinados. Os operadores argumentativos (não só, mas), presentes nas Instruções a Rolim de Moura, continuam a exercer, nas de Albuquerque, efeitos de

sentidos semelhantes, mantendo as 'positivas' determinações no processo de manutenção da posse.

Desta forma, a ação é encadeada pelo mecanismo jurídico da Instrução que estabelece o regimento burocrático, lugar de poder específico, fundamental no momento. Na colônia, se instaura o olhar do administrador que, além de tudo, explora. Na Corte, se estabelece a posição do colonizador, que unicamente preserva os interesses do Estado absolutista.

Nesse espaço de relações, *o político se dá como domínio de possibilidades na relação entre posições de sujeito* (Lagazzi, 1998:46). Os elementos que constituem o discurso estabelecem os limites dessas possibilidades. Não só se transmite a ordem, mas se produz efeito de sentidos na materialidade dos mecanismos lingüísticos, ou seja, estabelece-se o jogo das posições imaginárias construídas no/pelo relato.

Com isso dizemos que o lugar dos interlocutores significa nos processos discursivos, a partir das relações de força que colocam em funcionamento os lugares de poder na colônia e na metrópole.

Nesse jogo, o rei está sempre na posição-sujeito que ordena. É a fonte primeira das ordens. O administrador colonial é submetido à autoridade superior e também se constitui autor de atos que lhe são outorgados, com restrições. Posição que se pauta numa certa contradição entre a liberdade de agir e a coerção expressa pela Instrução. Ao mesmo tempo em que a ele é dado o livre arbítrio, assujeita-se, submissamente. Não se discute a ordem, embora seja passível de abrigar novos dados, frutos de estudos e anotações.

O discurso dos administradores coloniais vai permitir verificar esses dois momentos, ou seja, essas duas posições: a) de quem recebe a ordem e b) de quem age investido dela. Quem manda tem o olhar de fora. Decide sobre o que está posto nos mapas e dito nos relatos. Quem recebe está tomado pela realidade construída socialmente, em contato, filtrada pelo olhar do observador que une o trabalho da imagem da terra, da geografia, com as próprias experiências. Executa na condição de súdito ao mesmo tempo que, participando da ação, se constitui senhor absoluto dos atos redistribuídos na colônia.

Constrói-se uma representação de ambigüidade. Ao mesmo tempo que produz mecanismos de apagamento do processo histórico da colonização, pelo olhar do administrador da colônia, ativa a memória dessa mesma colonização, pelo aparato das ordenações jurídicas, que cristalizam as relações de desigualdades e de conflitos.

Um segundo recorte parece reafirmar essa posição. Surge um outro sentido a partir de uma prática política instaurada pelo gesto de interpretação inscrito na materialidade do texto. Os sentidos se sedimentam na forma de memória discursiva, que dá o efeito de algo já dito, previamente construído.

Para ilustrar essa relação entre os dois poderes que falam de dois lugares diferentes, tomamos as seguintes seqüências discursivas:

1. Fareis frequentar, quanto possível a navegação e pesca do rio Guaporé, para que não tome vigor com a negligência da nossa parte, a pretensão em que tem entrado os espanhóis de assenhorear-se delas. (Instrução da Rainha para Rolim de Moura).
2. Pelo que me parece que o meio mais eficaz, mais próprio às circunstâncias presentes, e mais convenientes deste estabelecer, e aumentar o Mato Grosso, é usar Sua Majestade com ele o que usou com o Rio Grande e Santa Catarina, pois é também fronteira... (Carta de Rolim a Corte Real. Cuiabá, 27/6/1751).
- 3-... solicitar que alguns outros moradores se vão estabelecer permanentemente junto daquele lugar, para que com mais comodidade possa subsistir a utilissima fundação que o mesmo Senhor tem determinado que nele se erija" (Carta de Albuquerque ao Marquês de Pombal. Rio da Madeyra, 12/2/1774); grifos meus.

O discurso vigente determina a relação política, jurídica e ideologicamente marcada. Os administradores argumentam tendo em vista a relação com a pessoa de quem se fala, Sua Majestade, o rei. Discutem planos, estratégias de ação política para estabelecer, assegurar e dilatar as terras. Há respeito e observância dos preceitos legais na condição de súdito (aquele que cumpre, mas ao mesmo tempo, opina, sugere). Enuncia do lugar hierarquicamente inferior: *pelo que me parece, julgo ser próprio*. O rei faz acontecer *quanto possível*, resguardando a posição de supremacia, inibindo as pretensões internas ao interesse da metrópole.

Vale a fixação, a *freqüência* o movimento na terra, para que os mandatários não corram o risco da *negligência*. O que é dito tem evidência (compara-se com estratégias já utilizadas em outro lugar) e é relevante *conveniente* e *próprio* às *circunstâncias*, e permanência no lugar da fundação. Ações úteis para a subsistência do plano determinado.

Estabelece-se o jogo verbal constitutivo do discurso, que funciona pelas projeções imaginárias das intenções das partes que, no seu conjunto, são direcionadas para o mesmo fim: estabelecer e aumentar o Mato Grosso, garantir a navegação dos rios e fixar povoamento. São as marcas de um discurso preciso.

Considerando-se as grandes distâncias, dificuldades de comunicação, imensidão territorial, nota-se na posição de Rolim e de Albuquerque o olhar do administrador deslizando no/do explorador que se posiciona, deslocando-se do que está preceituado, como mostram as formulações: *pelo que me parece que o meio mais eficaz (...); estabelecer e aumentar o Mato Grosso; solicitar moradores (...) para comodidade*.

Duas ocorrências aparecem como importantes. Na primeira, o modo de referir à manutenção da parte lusa (*navegação, pesca do rio...*), difere da pretensão estabelecida pelos administradores (*usar de estratégias já conhecidas, povoar com gente, fortificar...*). É o mesmo governo falando, mas de lugares distintos. Daí o deslizamento implícito, diluindo o efeito do confronto. As construções subordinadas em: *para que não tome vigor; pelo que me parece; para que com mais comodidade*, apresentam o lugar do deslize, não preenchido na superfície do texto.

A segunda ocorrência é de correlação: entre o pedido da Instrução (*fareis freqüentar, a pretensão ...*) e a explicação do governante na Carta (*pelo que me parece, mais eficaz, mais próprio...*). Estabelece-se uma relação de causa/efeito entre os termos, na qual as ponderações parecem expressar (assegurando) a necessidade de manutenção dos objetivos pré-determinados.

Desta forma, o que aparece nas formulações são as marcas de um discurso que sustenta a hipótese do administrador e enfatiza os seus argumentos, determinados pelas condições de produção dominantes.

Tais relações de sentido vão constituir o jogo da correspondência (Cartas daqui e Instruções de lá), cujos argumentos devem ser o *mais* adequado para o cumprimento do plano estabelecido no documento legal. Direção que confere 'status'¹⁷ e súdito, fiel vassalo do rei, revestido do dever de cumprir as determinações 'próprias às circunstâncias presentes'. Aliança que forma o espaço de sentidos deste lado do Atlântico.

No esquema, tentamos caracterizar os predicados definitórios das representações que se estabelecem no funcionamento das Cartas e Instruções:

Discurso régio:

- quanto possível
- pretensão... de assenhorear-se delas

Discurso do administrador:

- mais eficaz
- mais próprio
- mais convenientes
- mais comodidade

Objetivos da lei:

- circunstâncias presentes
- estabelecer e aumentar o Mato Grosso
- freqüentar quanto possível

Conclusão dos argumentos:

- pois é também fronteira
- para que com mais comodidade possa subsistir a utilíssima fundação
- para que não tome vigor.

¹⁷ Tomamos a palavra sob o ponto de vista de Courtine e Haroche (1988:52-3) de representação do poder.

Verifica-se que os argumentos colocados sinalizam para o cumprimento do acordo tácito previsto para a época. O discurso do rei impõe o limite possível para tornar-se dono antes que outro o faça. O do administrador substitui as palavras reais instituindo-se discursivamente na diferença para adequação às condições locais.

Tomamos, nesse aspecto, conforme Orlandi (1996a), o discurso político que se caracteriza por uma retórica de apropriação: *o sujeito se transforma naquele do qual ele ocupa o lugar, dadas suas condições que o legitima*.

Podemos dizer que o sujeito que organiza/administra 'de fora', no caso, da metrópole, em relação às diferentes posições dos que participam do/no acontecimento da colônia refere-se à representação social do político frente às possibilidades, à eficácia, às conveniências para a subsistência da fronteira. O desejo/necessidade de segurança da fronteira dá a diretividade ao dizer do administrador.

Em outras palavras, é a posição de um Brasil limitado discursivamente, descrito por meio de 'traços', pela linha demarcatória do mapa, representado pelas fortificações, vai configurar a imensidão geográfica posta como atestação dos limites.

Assim a questão da fronteira con-figura a textualização do discurso jurídico-administrativo que vai estabelecer a relação de poder entre a Colônia e a Metrópole, de forma indissociável que se explica pelo sócio-histórico e por uma política de estratégia de dominação

Cabe aqui reportar às discussões de Regina Beatriz, sobre as cidades de fronteira ¹⁸, cujas abordagens se ligam ao modo como as noções de fronteira estão incorporadas na formação das novas cidades do interior do Brasil. Hoje, como no século XVIII, foco do nosso estudo, podemos ver que o domínio se mantém com 'redes de informações'. Registram-se contínua e detalhadamente para assegurar posses. As fronteiras se formam no movimento e no acontecimento, mas regidas pelas formas de poder e pela resistência do território, que se visibilizam pela estrutura, pelas regras e pela administração.

¹⁸ Tema discutido durante o Curso de Especialização "Historiografia e metodologia da pesquisa e do ensino da história: memória e identidade na historiografia brasileira"—Departamento de História da Unemat- Cáceres-MT, novembro de 1999.

A conquista é, portanto, 'engendradora', faz nascimentos, produz conhecimento. O 'novo' que surge se pauta na reprodução. As novas cidades já nascem velhas, reproduzindo modelos urbanos carcomidos, revelando desde já os problemas da sociedade (...) agudizados em regiões em que o direito à vida e à propriedade têm poucas garantias (Neto, 1999-2000).

O rio Guaporé atravessa, em seu percurso total, parte dos Estados de Mato Grosso e Rondônia. Configurado junto ao Paraguai, fazem parte de uma imensa fronteira natural. No conjunto, constituem um símbolo da paisagem e constroem o imaginário produzido a partir dos processos discursivos do gigantismo da terra, sertão distante e inóspito, para uma ação que se faz conveniente, eficaz. Para que(m)? Para aquele momento, para os interesses do colonizador. A única voz que se ouve é a oficial. Proposta e oriunda da autoridade superior e como tal, necessária de ser cumprida.

Nas palavras de Orlandi (1996:162), *o sentido que se sedimenta é aquele que, dadas certas condições, ganha estatuto dominante*. O que teve força de lei ecoa na memória como um discurso que fica, construindo os estereótipos delimitados pelo tempo e pelo espaço em que vigiram.

Desta forma, os enunciados produzidos nos relatos oficiais são coisas a saber, descrições de situações, de sintomas e de atos, cujo princípio consiste em expor as descrições ao equívoco da língua, legitimando o atributo do poder quanto a missão civilizatória da colonização.

As reais intenções do poder colonizador só podem ser entendidas se, teoricamente, explicitarmos a relação estrutura/acontecimento, presente em todo o discurso produzido. Esses sentidos vindos pelo lado do poder colonizador deixam seus traços de modo que, metodologicamente, podemos proceder a uma análise que permita relacionar interpretação e descrição, levando-nos à compreensão desses sentidos em seu real, no modo pelo qual eles constituem uma realidade histórica. Nesse caso, a realidade histórica brasileira.

2.3. O Nome Constrói a Fronteira

“Era só água e sol de primeiro este recanto.

As coisas ainda inominadas. Como no começo dos tempos”.

- Manoel de Barros, *Livro de Pré-coisas*.

Constituída através de um processo ideológico, a nomeação dos locais, dos rios, que de nomes índios passam a portugueses, é dado por determinação legal.

Na perspectiva da AD, a nomeação é produto histórico e *produzida em um processo em que as instituições (a legitimidade) e a história (a cristalização, a permanência) desempenham papel determinante* (Orlandi, 1987:63). A cada novo lugar implantado, a prática é torná-lo ‘memorável’ através de nova denominação dada pelo conquistador. A língua entra no processo de apropriação da fronteira. Os ‘ditos’ rios, certamente já nomeados, são re-nomeados, *por serem considerados difíceis de pronunciar e de imprimir na memória*.

V. M. praticará de ir fazendo denominar os ditos rios, baías, montanhas e outros lugares memoráveis que novamente se descobrirem, reconhecerem debaixo das significações portuguesas e palavras conhecidas e ao mesmo tempo, próprias e adequadas ... (carta-instrução¹⁹ de Luiz de Albuquerque para Ricardo Franco, 8/12/1775); grifo meu.

A mudança de nome, segundo Guimarães (1992) se dá por um processo de mudança de posição enunciativa, de tal modo que *mudar a posição que nomeia é constituir um outro objeto, construir relações novas*. É algo que dá conta do memorável, do já conhecido, como acontece em *reconhecer debaixo das significações portuguesas*, que instaura um estado de mundo irreduzível sobre pré construídos que funcionam com os sentidos que se fixam como dominantes.

Reproduzido pelo administrador, recobre a memória existente e a identidade do povo. O nacional autóctone desaparece. Em *novamente se descobrirem*,

¹⁹ Carta-instrução é formulação produzida entre os administradores, num funcionamento que mantém a ‘rede’ de informações necessárias à permanência dos atos engendrados na colônia.

se dá não o recente, o próximo a ser descoberto, mas o que vai ser re-nomeado, re-inventado, colocado sob o manto do conquistador, numa forma de dominação *própria e adequada*. Para que(m)? Para um lugar político e jurídico-administrativo da metrópole através de um processo ideológico.

Essa forma de tradução para a língua do dominador contrói um imaginário social *que nos permite fazer parte de um país, de um Estado, de uma história e de uma formação social determinada* (Orlandi, 1993a:13). *Fazer denominar* estabelece um estado de coisa que constrói o memorável possível de reconhecimento.

No momento em que se enuncia, o nome constrói o presente pelo passado, pois *o nome é evocador de uma relação de origem. O que é nomeado pelo administrador colonial, mantém o interdiscurso da nossa história* (Guimarães, op. cit.). Quem nomeia é o próprio rei a partir da posição do seu representante legal e o faz para cumprir objetivos pré-determinados.

No caso que analisamos, é uma nomeação que se coloca uma sobre a outra. Silencia outras que já existem. Traduz com uma nova forma de dizer, re-nomeia. Ao re-nomear, apaga-se uma filiação para se instalar outra. E, assim, pode-se ver a heterogeneidade da nossa história.

Preservar uma região com características singulares demanda a criação de vilas e fortes em pontos estratégicos. Essa característica é que vai imprimir padrões na memória discursiva, como acontece com o que se convencionou chamar de 'pantanal'. Uma região que, conforme Costa²⁰, não foi sempre reconhecida por essa nomeação. É construção portuguesa, surgindo como atestação dos limites lusos.

A imagem do pantanal nos relatos dos séculos XVI e XVII constrói um imaginário que Rolim de Moura, no século XVIII, pela atestação nos mapas, persegue como 'lagoa dos Xaraiés' (dada pelos espanhóis, que se relaciona ao povo autóctone), mas que prevaleceu como 'Pantanal' (dada pelos portugueses, para descrever o lugar). Tais denominações se ligam ao grau de conhecimento cartográfico que cada um dos povos ibéricos possuía sobre a região. Sentidos que se apresentam, não como ornamento, mas identificados no espaço do interdiscurso a que remete.

²⁰ Conferência realizada em 21/6/99, sob o título "A invenção do Pantanal" – Departamento de História-UNEMAT/Cáceres.

Uma vez escolhidos e determinados, os locais adquirem uma nova categoria, estabelecendo um discurso de descoberta, que absorve os sentidos do processo de apropriação. Os nomes primitivos deixam de significar e, conseqüentemente, apaga-se a identidade de um povo com características singulares e se assume outra, que começa com palavras *mais fáceis de se pronunciar e imprimir na memória* dos novos habitantes das terras descobertas, conforme rezam as próprias Instruções. Substituir o nome significa torná-lo familiar aos 'estranhos', excluir, desnomear o que está instituído para que o novo seja incorporado

A atestação do real existente se fará pelo registro, pela escritura, o que rompe com a tradição fantástica dos primeiros relatos, a exemplo do que se dá com a criação de Vila Bela da Santíssima Trindade de Mato Grosso (primeira denominação do local). A sede do governo, colonial, às margens do rio Guaporé desloca as discussões de fronteira para o ponto extremo da região amazônica. Em conseqüência, é erguido o Marco²¹ demarcador dos limites na foz do rio Jauru, presentificando o povo dominador pela construção em mármore e por efeitos do instrumento legal. Prática discursiva de instituição do processo de (i)legalidade, pelo avanço e pelo (des)respeito da ordenação jurídica.

Podemos pensar que a importância atribuída ao movimento de pessoas no espaço geográfico e a edificação em pedra, que se pretende fazer sobreviver como lugar de memória, é sempre retomada, guardando a identificação pelo nome do objeto que, conforme P.Nora (op. cit.), atende a um princípio onde se abriga a tensão entre o 'mesmo' e o 'diferente', constitutivos das condições sócio-históricas de produção.

No rol de nomes dados pelo novo batismo, veremos como no espaço específico dos rios Guaporé e Paraguai, se legitima o real da fronteira, de maneira a se tornar propriedade reconhecida pelo colonizador. No recorte abaixo, a ordenação jurídica funda o lugar, identifica através do nome, povoa e arma para produzir as condições 'favoráveis' de produção, que atende aos princípios da relação da língua com a história.

²¹ Sobre o Marco do Jauru cf. palestra proferida por Natalino Ferreira Mendes, no 66º BIMTZ (hoje 2º Batalhão de Fronteira) de Cáceres, em 17/6/1981.

Por se ter entendido que Mato Grosso é a chave e o propugnáculo do sertão do Brasil pela parte do Peru, e quanto é importante por esta causa que naquele distrito se faça população numerosa, e haja forças bastantes a conservar os confinantes em respeito, ordenei se fundasse naquela paragem uma vila, e concedi diversos privilégios e isenções para convidar a gente que ali quisesse ir estabelecer-se... (Instrução da Rainha para Rolim de Moura); grifos meus.

A indeterminação do sujeito em *por se ter entendido*, sinaliza para o efeito causado pela Instrução, ordenações para serem cumpridas nos confins a serem delimitados. Como não há limite sem povo 'confinado', o contato/confronto com os 'confinantes' aparecem nos relatos oficiais, 'em respeito', o que é importante para o povoamento e conseqüente demarcação. A ordem para a fundação e a concessão dos privilégios constitui o discurso da conquista pelo poder e a força mantenedora dos domínios. Ação que se dá no jogo das relações marcado pela troca de correspondência entre as duas regiões distantes.

O novo local por ser 'chave' para a manutenção, é a porta de entrada para os novos caminhos que se formam com 'forças bastantes' e, para o seu povoamento, incentivos e concessão de privilégios são oferecidos. A gradação em 'ordenar', 'conceder' e 'convidar', dá a idéia do grau de interesse no povoamento, cujo movimento gera respeito entre as populações confinantes.

O quarto governador Luiz de Albuquerque (1772), agindo dentro desses princípios, faz cumprir os preceitos determinados, construindo fortificações e sítios, que vão constituir o novo espaço na cartografia do extremo oeste.

Surgem, assim, Viséu, Nova Coimbra. Ocupa-se o Fecho dos Morros; ergue-se o Forte do Príncipe da Beira; fundam-se Albuquerque e Ladário, Corixa, Casalvasco (sítio de descanso dos capitães-generais). Chega-se à Baía de Cáceres, Serra da Ínsua, tudo obedecendo a um plano estratégico, isto é, o de assegurar a conquista dos rios Paraguai e Guaporé. (Mendes,1973:23); grifos meus.

As expressões escolhidas não são daqui, mas vêm impressas como pré-construídos já existentes no reino. É processo de transposição, para marcar o mesmo

no diferente, o que vai configurando o quadro e alinhando o mapa da região, sempre com vistas a um *plano estratégico*.

Imprime-se outro efeito de sentido nos diferentes sons e imagens, estranhas ao ambiente. 'Viseu', povoação às margens do rio Guaporé, como a existente na metrópole; 'Nova Coimbra', o presídio na colônia, que alude²² à antiga Universidade portuguesa formadora de toda uma geração de cientistas; 'Príncipe da Beira', o Real forte que, pela imponência arquitetônica, idêntica à existente na fronteira com a Espanha, homenageia o monarca português; 'Casalvasco' e Insua, pontos de apoio que retomam ícones dos antepassados de Albuquerque.

Ao administrador também se ligam outras localidades como Albuquerque (hoje a cidade de Corumbá, no Mato Grosso do Sul) e Cáceres (fundada como Vila Maria do Paraguai), pontilhando a fronteira boliviana. Esta última, mais tarde passa a ser nomeada de São Luiz de Cáceres, em homenagem ao santo padroeiro e hoje apenas Cáceres, retomando o nome do seu fundador, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Processo relacionado ao acontecimento que constituiu a história.

Ressoar nomes portugueses particulariza o lugar político de relação com a Corte. O 'novo' é a consecução do interesse de fronteira, a estratégia de (re)cobrimento de uma civilização já existente.

Denominar em nome do rei significa agir investido desse poder de mando, outorgado pela Instrução. Configura-se o jurídico-administrativo da colonização e, especificamente, da constituição da fronteira. O nome se imprime pela necessidade da manutenção do poder em detrimento da memória existente. Somos (re)nomeados por outro povo, intimados à absorção de outra cultura. É o Mato Grosso da 'nova fundação'. Fixar a fronteira não só garante a posse como cria (imprime) um novo espaço de significação.

Devido ao caráter fronteiro, as fortificações marcam a forma da administração colonial. 'Forte de Coimbra', 'Forte do Príncipe da Beira', 'Presídio de Miranda', são nomeações que carregam o sentido de guarnecer com força suficiente

²² Reporto aqui à conferência *Au risques de l'allusion* proferida em Cáceres por Jacqueline Authier-Revuz, durante o I Encontro de Linguagem, História e Cultura/ Unemat/Unicamp/ 17 e 18 de fevereiro de 2000.

para barrar o avanço do outro lado confinante. Funciona nelas o trabalho da memória do dizer. O que é dito em outro lugar é retomado na colônia e ressignificado conduzindo para sentidos tomados como evidência do processo de apropriação.

Assim, o processo de nomeação traz consigo a substituição. O nome não só é imposto como dá luz às novas posses. Pontua e demarca a linha de fronteira. Materializam os lugares e criam o espaço da legitimidade, registram e dão visibilidade, ao 'novo'.

Nessa perspectiva, são deslizamentos de sentidos produzidos pela ideologia, marcados pela necessidade de dilatar a fé e o império, povoar, ampliar as relações comerciais, buscar novas terras fabulosas, que fazem a grandeza do Império.

Por outro lado, não há palavras portuguesas suficientes para nomear toda a flora e a fauna do lugar: *O rio Guaporé tem nos lugares de que se trata os mesmos generos de pesca ... muitos que não he possivel denominar* (Carta de Albuquerque a Pombal em 12/2/1774). Esse limite das palavras aponta para o des-limite mítico da região, a exuberância de uma natureza que extravasa e em que é impossível tudo nomear.

O controle de tal 'onda colonizadora'²³ é mantido pela instrução que tenta imprimir a legalidade e consecutar os objetivos da administração, o que só se faz possível pelo grau de 'segredo' mantido através das correspondências. Por isso, a missão é confiada aos capitães-generais, os mais habilidosos para a tarefa. Homens das milícias portuguesas, formados para estarem a serviço do rei. De nobre estirpe, representam na colônia o empenho com que a metrópole procura assegurar os seus domínios.

Desta forma, o ato de nomear carrega sentido histórico-social, abre as fronteiras entre as formações discursivas dominantes e outras que são formadas a partir e/ou à revelia dela.

Sob o ponto de vista de Mariani (1998:29), *as denominações vão, assim, organizando regiões discursivas de sentidos que podem se repetir ou se transformar a*

²³ Expressão tomada de Virgílio Correa Fº (op. cit.), por caracterizar o sentido que venho dando ao processo de ocupação da fronteira.

cada período histórico, em correspondência com as relações sociais de força em jogo. Além disso, num território agora não em relação à administração, mas em relação à posse que se dá pela tomada de posição, os nomes insuficientes já são a marca e o prenúncio do mítico que se conforma pelas características da própria região.

CAPÍTULO III

3- O INSTRUMENTO DA CONQUISTA

“Peçam batalhas e violem os tratados”.

- Virgílio, *Eneida*.

“Porém já cinco sóis eram passados

Que daí nos partíramos, cortando

Os mares nunca d’outrem navegados...”

- Camões, *Os Lusíadas*, V, 37.

“Ó mar, por que não apagas,

Com a esponja das tuas vagas,

Do teu manto este borrão?”

- Castro Alves, *O navio negreiro: tragédia no mar*.

A Instrução pode ser vista como o instrumento jurídico que disciplina a matéria encaminhada à colônia e intermedia as relações jurídico-administrativas, impondo um movimento aos sentidos que são produzidos sobre a fronteira. Funciona como elo, pois retomam algo já sabido, sinalizando ações futuras. *É uma mesma direção de sentidos que retorna sempre* (Mariani, 1998:138). Ao mesmo tempo que compõe o ordenamento jurídico, disciplinando a posição dos administradores, coloca-se como procedimento regulador, preceito de como deve ser, como se deve fazer.

Como efeito de lei é o discurso do poder no movimento do espaço disciplinador. Mantém e organiza o administrativo, criando a ilusão de ausência do conflito para domesticar a atuação do governante colonial. Não é apenas instruir para saber, mas fazer conhecer para se determinar a forma de agir. Constituem as primeiras medidas administrativas que adquirem estatuto de plataformas de governo, *razão pela qual foi conservada a unidade do Brasil, tantas vezes tida por milagrosa* (Mendonça, 1985).

O discurso se constrói, assim, na perspectiva de novas direções. As ordens, os interesses, são unilaterais. Os sentidos são tomados como verdadeiros e

incontestáveis. No entanto, sabe-se que outros existem, embora recobertos.

As Instruções que Rolim e Albuquerque trazem quando nomeados governadores e capitães-generais da Capitania de Mato Grosso são consubstanciadas de outras Instruções. Nelas se acham estabelecidos os sistemas fundamentais e gerais que formam o governo político, militar e civil de toda a América portuguesa, *aplicado a cada huma das capitanias daquelle continente, segundo a situação e circunstancias de cada huma dellas* (Instrução de Mello e Castro a Luiz de Albuquerque do Palácio da Ajuda, a 13 de Agosto de 1771). Faz-se instrumento de poder que se exerce à distância e que precisa de duplicidade do porta-voz, que fala com base nelas (Instruções), mas afetado pelas condições do meio.

O que há de mais significativo ao novo governante com relação aos 'negócios públicos', encontra-se nela. Nos documentos de Albuquerque que pesquisamos, são quinze cartas de ofício, dirigidas ao alto comando da corte, explicando cada detalhe e cada documento constante, pois regra geral, eram acompanhadas de estudos cartográficos e geográficos.

Para a reflexão que fazemos sobre a discursividade do instrumento legal da conquista procuramos o contraponto dos discursos das Instruções recebidas por Rolim e Albuquerque no que elas têm de semelhantes e diferentes, configurando a relação de poder entre os administradores e a Corte.

Courtine e Haroche (1988) trabalham com a idéia da textualização do político a partir da semiologia e da antropologia da expressão e da fisionomia do século XVII ao XIX, na relação indivíduo/sujeito. Podemos presentificar suas reflexões no nosso estudo, quando vemos o campo político dos textos analisados como o *lugar do olhar onde se estabelecem dominações, aceitam-se servidões, organizam-se resistências no jogo das representações*.

O 'espetáculo político' de formação da fronteira é atravessado por um discurso cuja contradição irrompe no confronto em que um mundo inóspito e não domesticado em sua realidade concreta desafia a capacidade de fixar-lhe interpretações. Território que divide o sujeito no espaço da administração colonial 'convertendo olhares em discurso'

Podemos dizer que no início das descobertas há o novo mundo sem

fronteiras. Depois a administração das terras começa a traçar os limites com os tratados diplomáticos. É o tempo das delimitações e separação das posses pelo discurso jurídico e administrativo.

Há um limite prescrito que deve ser respeitado *até que* o outro lado avance. O respeito de um depende do avanço do outro. Isto é movimento. O respeito existe sobre (e sob) um mecanismo estático (Instrução) e dinâmico (o deslocamento de mineiros, das linhas de demarcação, troca de correspondências).

O jogo de poder mostra a posição determinante da garantia da posse pelo movimento 'natural' de penetração em terras 'de ninguém'. Finalmente, não há 'cláusula nenhuma' que assegure o respeito à fronteira porque é passível de desrespeito. Não há como manter a 'observância' dos acordos prescritos nos tratados. De certa forma, os tratados existem após o ato de desrespeito à ordem natural das coisas. Para Paulo Prado (1972:19), são *cartas de grandes poderes*, toda uma organização necessária a uma empresa de colonização.

3.1. Fronteira: a escritura do movimento

"O chão é o ensino"

- Manoel de Barros, *Arranjos para assobio*.

Para discutir a questão da fronteira tomo o assunto na bipolaridade abordada por Pêcheux (1990), das fronteiras visíveis e invisíveis. A primeira tornada possível pelos traçados, hierarquias, posições, gestos de diplomacia do discurso oficial, *tecido com referências aos textos fundadores e com fragmentos de memória coletiva, através dos quais o 'nós' do povo se dirige a si mesmo (...)*. A segunda, pelos efeitos engendrados pelo discurso oficial que *ao repetir o que todos sabem, permite calar o que cada um entende sem o confessar* (op. cit.).

A invisibilidade garante a eficácia do poder hegemônico da metrópole. Na relação das duas ordens do real, da língua e da história, e do sujeito com a história, compreende-se como se dá a configuração específica do Brasil.

A etimologia nos ensina que o sentido primeiro de fronteira significa algo que se coloca 'defrente de', substantivado do adjetivo 'fronteiro'. Portanto, sentido genérico.

O termo aparece dicionarizado como derivação da palavra latina 'frontarius': à frente de, à testa. Uma qualidade que se liga ao nome para significar o ato de se manter em tensão, como estiveram as duas potências conquistadoras da América colonial. Separadas apenas por uma linha imaginária que dividia as posses e por 'tratos', que são a escritura do jurídico, as fronteiras adquirem um estatuto preciso nos limites que definem as marcas/marcos nos terrenos.

As comissões demarcadoras procuram interpretar no terreno os objetivos dos delimitadores. Constituem a parte técnica que, no caso das nossas fronteiras, ofereceram dificuldades de interpretação por se encontrarem os acidentes naturais como rios, campos alagados nos pantanais, que serviram de base para a delimitação. Nesta fase são colocados os marcos, de valor jurídico e alcance político²⁴, com efeitos que se esperavam fossem permanentes.

O marco do Jauru, símbolo desse Tratado, cujo monumento encontra-se 'plantado' na praça principal da cidade de Cáceres, ostenta em uma de suas faces a memória dessa discursividade: *a justiça e a paz se oscularam*.

Duas formas do real existente marcam o 'lugar de memória' simbolizado pelo entendimento e pelo marco/monumento: o rio (Jauru, na época, o balizador do Tratado), delimitando a fronteira natural e o discurso (Tratado) que transforma a posse em matéria de legalidade política e administrativa.

A fronteira constituída pelos movimentos gera princípios, o mais importantes deles o do *uti possidetis* e das fronteiras naturais propostos pelo Tratado de Madri, pensado por um brasileiro da corte Alexandre de Gusmão. A serviço da diplomacia antecipou a visão do pan-americanismo, que mais tarde foi preconizada na doutrina Monroe dos EUA²⁵.

²⁴ O político pensado não em nível de formulação, que reporta à mera ação política, mas em nível de constituição do discurso (cf. Lagazzi-Rodrigues, 1998). Compreendido discursivamente, o sentido do político é sempre dividido (cf. Orlandi, 1998).

²⁵ Esta colocação é fruto de conversa com o historiador cacerense Natalino Ferreira Mendes.

Esse confinamento entre países gera tensão, choques, porque é resultante do processo sócio-histórico de formação de uma região. Antes de ser um dado eminentemente geográfico é, acima de tudo, um dado econômico. *Por isso Portugal vislumbrava, através de Tordesilhas, a possibilidade de futuramente vir a obter riquezas destas regiões até então desconhecidas* (Siqueira, 1990).

A fronteira é o *continente do conteúdo nacional*. Completa, define e especifica o país, assegura o instinto de propriedade tão natural e imperioso nos povos, como nos indivíduos. E enquanto movimento de conquistas diplomáticas, a fronteira se faz nos limites que, naturalmente, os homens põem entre si.

Podemos dizer que no nosso material de análise, a fronteira está entre a legalidade e a ilegalidade. Pré-existe antes de ser nomeada e quando registrada em forma de lei, atesta o que já está tomado pelo homem. Daí o princípio norteador do Tratado de Madri, que por muito tempo serviu de base para os que o sucederam. De um lado, o instrumento jurídico, o documento legal; de outro, o dizer da Instrução régia:

... deveis não só defender as terras que os meus vassallos tiverem descoberto e ocupado e impedir que os espanhóis se não adiantem para a nossa parte; mas promover os descobrimentos e apossar-vos do que puderdes e não estiver já ocupado pelos espanhóis... (Instrução da Rainha para Rolim de Moura); grifos meus.

Como entender essa (i)legalidade instaurada? A própria materialidade do discurso inscreve o (des)respeito. Não só defender, mas (principalmente) avançar os limites. Determinação legal que constitui as primeiras medidas administrativas tomadas no Brasil na fase da busca de sua identidade. Faz-se sobre via unilateral e forma o elo invisível da conservação da nossa unidade, sendo a língua o forte instrumento de dominação que, ao lado da religião, construíram um império sobre o já existente.

Desta forma, tomamos aqui Goes Filho (1999), que vê a fronteira como resultado de 'diálogo' entre o bandeirante e o diplomata. *Um ocupava o território que, na prática, não tinha dono; outro, legalizava a penetração através de um acordo. Ambos serviam o Estado* (op. cit.:310). E citando Cassiano Ricardo, retoma a idéia de 'fronteira

móvel', relacionando fronteiras com o movimento das bandeiras²⁶, quando todos os tratados referentes a limites entre o Brasil e os países hispano-americanos estão ligados ao bandeirantismo que levou nossa fronteira para o Oeste. Desta forma, não se pode falar em fronteira, sem o argumento da penetração histórica.

Faulhaber (1992), critica os saberes sobre a fronteira que envolve diferentes cânones de produção de sentido. Faz, a partir daí, uma interpretação das concepções sobre os limites sociais dos discursos sobre a construção nacional. Isso nos leva a pensar que estudos dessa natureza formulam questões da autonomia territorial, observável pelo jogo da língua, pela textualidade e pela existência da fronteira no imaginário.

Assim, a corte portuguesa determina e o administrador assegura, através da instrução e da ação humana, a manutenção da fronteira e os sentidos da colonização. Nesse espaço simbólico é possível apreender o lugar da ideologia materializada na história, a *textualização do político no gesto de interpretação* (Orlandi, 1996:19).

É a busca e a fixação de acordos de cavalheiros. A fronteira é fixada nos 'tratos' entre duas partes interessadas no mesmo objeto a ser possuído. Expressa e legitima o movimento da posse. Na troca de correspondências entre o poder central constituído na Metrópole e os governantes fixados na longínqua colônia, é que se procura compreender o funcionamento dos discursos que trazem os fenômenos sócio-históricos e políticos da época da sua formação. O conjunto dessa epistolografia constitui o 'referendum' do movimento que legitimou, na cartografia universal, o traçado definitivo dos contornos da terra conquistada pelos portugueses.

²⁶ Bandeiras e bandeirantes estão sendo vistos como efeitos de uma determinada prática social para a expansão das terras lusitanas.

3.2. Por que se (não) Respeitam Fronteiras?

“Estas águas não tem lado de lá.

Daqui só enxergo a fronteira do céu”.

- Manoel de Barros, *Livro das Ignorâncias*.

“Os limites me transpõem”.

- idem, *Poesias*.

Entender o sentido de fronteira no século XVIII passa pelo exercício de clarear a questão relativa ao (não) respeito à linha divisória e ao movimento de ‘passagem’ de um ponto para outro. É funcionamento que se dá no fio do discurso, como se nota nos seguintes fragmentos:

- 1) V. S. vera as positivas ordens que deve seguir não somente para se conservar na posse em que nos achamos (...) mas na ocupação de toda a margem oriental do rio Guaporé (...) servindo-se se for possível de todas as forças que tiver... (Instrução para Albuquerque); grifos meus.
- 2) Mas o principal motivo que tive foi para que fizessem respeito à vila, que como V. Ex^a me adverte se deve reputar como terra de fronteira (Rolim de Moura. Vila Bela, 28/5/1752); grifos meus.
- 3) (...) não acho nele (Tratado) cláusula alguma que obrigue a conter-se nenhuma das partes nos limites que ele prescreve, antes de os comissários determinarem a linha que deve servir de divisão e barreira a ambos os domínios (idem); grifos meus.
- 4) (...) e a experiencia tem mostrado, que cláusulas nenhuma bastam a garantir a sua observância... (idem); grifo meu.

Nota-se que as ações estão intimamente ligadas ao que preceitua o instrumento legal/administrativo. A Instrução ‘adverte’ o governante. É como peça da investidura do poder da metrópole transferido ao representante legal, no caso, o capitão-general. Serve (tem utilidade) para reger as ações do Governo descentralizado

na colônia e funciona com os mesmos instrumentos de controle da ordem jurídica e da organização administrativa²⁷, enquanto materialidades simbólicas do discurso. Ordena 'dá a conhecer', torna presentes (claras, evidentes) as providências tomadas para que a Metrópole detenha o controle e mantenha a unidade administrativa.

Apesar da mesma região ideológica, a diferença deriva das condições em que os discursos são produzidos. A metrópole está revestida do olhar 'de fora'. Por isso as normas ditadas não são claras. Disfarça, adverte, pois estar na fronteira é estar no limite móvel. Palavras não asseguram o avanço da ação humana.

Mesmo assim, há o zelo pelo cumprimento das providências, pelos danos que porventura esses mesmos atos podem causar. A atitude diplomática mantém a unidade administrativa que garante a centralização do poder. Se as Instruções constituem o discurso oficial da origem dos atos na colônia, as Cartas são a própria ação, impelida a partir de uma visão 'de dentro' emba(ra)çada pelo novo, tomada pelo real existente. Como demonstram os fragmentos acima, a liberdade do avanço é relativa. Condiciona-se às determinações das *positivas ordens*.

Os operadores argumentativos *não somente e mas*, adicionam novos argumentos que não estão presentes na materialidade da língua. Daí vemos o conflito discursivo do que é posto e do que é suposto. Abafa os motivos do respeito e reforça a necessidade das vantagens políticas da posse. Traçam as linhas demarcadoras, retificam os mapas, organizam o jurídico. É o período da atestação científica. Formam a 'atividade estruturante' (Orlandi, 1996) do discurso, determinada pelos dizeres, cada um com suas finalidades específicas.

Então, os interlocutores estão representados no discurso e na formação ideológica. E isto está marcado no e pelo funcionamento discursivo. 'Cautela' e 'segredo', são atitudes determinantes para o administrador colonial. Nota-se a postura firme da autoridade numa ligação de extrema formalidade no tratamento direto ao rei, outra autoridade colocada na posição de 'ouvinte' nos acontecimentos, mas co-partícipe e interventor.

No jogo de imagem que um faz do outro (Pêcheux & Fuchs, 1997)

²⁷ Entendemos aqui ordem e organização como lugar específico de funcionamento da língua (sistema lingüístico) e da história (materialidade simbólica), (cf. orlandi, 1996 :45-51).

instaura-se o processo de produção de sentidos pelo discurso autoritário. Ao mesmo tempo que ordena, recebe 'orientações' de quem, do lugar de origem do discurso, se reveste desse poder. Nesse campo discursivo podemos ver o que Orlandi (1987) trata por 'troca de papéis' na interação que constitui o discurso, definindo o espaço da discursividade do poder na colônia.

As Cartas produzem efeito de normas a serem observadas pelas diferentes figuras do poder no mesmo nível hierárquico (os capitães-generais trocavam cartas-instruções entre si no exercício da administração). Isso parece encadear ações, homogeneizar atitudes administrativas, respeitar limites, julgar e responder pela necessidade ou não de recursos da mais diversa natureza, manter a necessária rede de informações dentro do principal motivo: respeito à vila, à terra de fronteira.

Posição até certo ponto conflitante pois não há, no tratado, cláusula que obrigue a conter-se nos limites até que cheguem as comissões de demarcação. Estas irão pontuar nos mapas, atestar as linhas, o que é permitido pelo conhecimento científico, caracterizando o funcionamento discursivo, ao mesmo tempo que administra/direciona os dizeres para um determinado lugar discursivo.

Concluo esta matéria, expondo na presença de Vossa Majestade a vista do que tenho referido, o quanto maior necessidade tem estas minas, pela distância em que se acham, em que o recurso é tão dificultoso, de Ministros desinteressados, e de sã, e reta consciência, cuja falta é o maior embargo, que pode ter o adiantamento desta capitania (carta de Rolim a D. José I, Cuiabá, 3/7/1751); grifos meus.

Nos efeitos da trama dos relatos irrompe a figura do *porta-voz* (Pêcheux, 1990). *O efeito que ele exerce falando em nome de (...) é antes de tudo um efeito visual, que determina a conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto* (p. 17) No discurso oficial, o exercício do poder se dá sob o olhar de outrem, onde o confronto ou perturbação da relação residem na ação diplomática, estudos, objetividade. Se há transgressão, esta se dá pelo conhecimento.

- 1) Porem como a inspeção dos lugares observados atentamente, assim por mim como pelos engenheyros, provou por um modo incontestavel o contrario do que se pretendia a respeito do espaço de margem do rio Madeyra que nas notas se diz (...)

me vi sem duvida muito embaraçado sobre a eleição que deveria fazer de terreno para a construção do forte, visto serem positivas as ordens de S.M. para nela ser edificado (carta de Albuquerque a Secretaria dos Negócios do Reino, 3/3/1774); grifos meus.

- 2) ...envio agora juntamente com as memorias pertencentes que formey, apontadas memorias (idem); grifo meu.

O relato expõe as dificuldades e coloca o administrador falando em nome daquele que representa. É o mediador das ações comandadas pela metrópole. Aquele a quem, conforme Zoppi-Fontana (1997:89), *se dá e de quem se cobra a voz*.

Ao receber as ordens e exercê-las se constitui em outra posição sujeito: a de quem decide. Espaço de deslizamento que vai constituir o país aqui e não o de lá e onde o administrador vai conformando o político e formando o lugar de memória.

A ordem social está intimamente ligada à organização jurídica e administrativa. Daí a preocupação com o respeito à fronteira, aos limites de cada uma das potências que disputam o poderio econômico de além-mar, mesmo que esse respeito apareça deslocado pela própria Instrução

... não há razão que deva fazer escrúpulo do excesso da nossa parte; antes ao contrário... não posso contudo considerar-me obrigado a conter o limite da minha conquista no da dita linha". (Instrução da Rainha para Rolim de Moura); grifos meus.

Infere-se que o (des)respeito à fronteira é sutilmente guarnecido, defendido/disfarçado pelo instrumento legal. Depende da posição, do controle, do movimento de cada um dos conquistadores e da (i)legalidade. Avança-se à medida que os espaços são criados pelo próprio discurso, como em: *não há razão para escrúpulos, antes ao contrário*. Por outro lado, significa dizer que a linha não é o limite e o imaginário indetermina o funcionamento interdiscursivo que produz uma sobreposição de diferentes formações discursivas, apagando os reais sentidos.

Outro aspecto que leva a pensar fronteira e respeito é o uso constante da força, como atestação do limite. Para Volpato (1996:215) a condição de fronteira, com a função de conter os possíveis avanços espanhóis, exigiu a militarização. Daí a

preocupação sistemática com as armas e a guarnição dos transportes fluviais. O respeito, portanto se dá no fio do discurso, possível a partir do administrativo que instala o legal, produzindo a distinção legalidade/ilegalidade.

- 1- Chegando a estas minas achei que se guardava com razão o Rio Paraguai, pois conhecidamente se haviam tirado nele diamantes, com conta (...) pelo que me resolvi a mandar fazer por um subalterno e seis Dragões (...) com os quais Vossa Majestade foi servido ordenar se montasse a Companhia.(Carta de Rolim a D. José I, Cuiabá 7 de julho de 1751); grifos meus.
- 2- ... deve V.S., por todo o seo cuydado e diligencia enformar o referido corpo, introduzindo nelle quanto a possibilidade o permitir a disciplina e subordinação... (Instrução de S.Majestade a Albuquerque); grifos meus.

A guarda da fronteira está na 'razão', no 'cuidado', na 'rigidez da disciplina', marcas lingüísticas que assinalam a construção de um *objeto imaginário* (Mariani, 1998:114), que cristaliza um discurso cujos ecos ainda são ouvidos. Constitui a marca de um discurso regulador para o qual a colônia deve se prover de homens assujeitados pelo poder a fim de que os limites possam ser mantidos pela força. E a história que se incumbe de cobrir a memória, tem mostrado isso como meio eficaz de defesa e manutenção da 'ordem' e do 'progresso'.

Nas palavras de Mariani (idem:37), *quando se trata a memória e o acontecimento exclusivamente pelo viés da manutenção de um passado, corre-se o risco da adesão a uma concepção imobilista de história e de produção de sentidos*. Essa reprodução e repetição dos efeitos de sentidos reconstitui as regularidades discursivas postas anteriormente, colocando o trabalho do arquivo na conjuntura da memória histórica em confronto consigo mesma (Pêcheux,1994:57), afastando-se do exame meramente literal.

Observa-se também, na materialidade lingüística, o tratamento utilizado pelos administradores. Aos ministros do rei aparecem *Ilmo.* e *Exmo. Sr.*, que se referem à segunda pessoa do discurso, de quem se exige formalidade, grau hierarquicamente semelhante. Neste caso, o uso do pronome é indireto (Sua Majestade). Não se fala com a pessoa, mas a respeito dela. Ao Rei D. João I, aparece sempre 'Senhor', denotando

que quem fala quer demonstrar respeito, cerimônia com quem fala. Assim, 'Vossa Majestade', é adequado para situação de extrema formalidade.

Infere-se que, apesar de o administrador se posicionar como alguém que, com os olhos de dentro opina a partir de observações detalhadas, mantém a condição de súdito. É vassalo do rei, a quem deve respeito e obediência irrestritos. As ações não se desvinculam do discurso original (a instrução), mantendo, assim a 'rede de informações' sobre as quais vão se manter os dois níveis de relação: entre o administrador regional e outros administradores no mesmo grau de hierarquia e entre o administrador da colônia e a metrópole, dadas a conhecer na correspondência oficial.

Cabe, agora, distinguir a noção de colônia e de metrópole, para que se possa visualizar o ponto de contato em cujo eixo gira o discurso de fronteira. Retomo, para isso, a reflexão de Barros (1992) sobre Discurso e História, deslocando a teoria semiótica da narrativa para uma abordagem discursiva.

Entendemos, da mesma forma, que 'colônia' pode ser tomada, sob o ideário de coletividade, contrapondo-se a indivíduo, civilização e exploração que se dá em relação à metrópole, aquela que detém o poder, local de onde emanam as ordens, principalmente no século XVIII. Disputam, inicialmente, valores diferentes. De 'objeto-valor', o Brasil passa a objeto de necessidade. Ambos se ligam pela noção de dominação.

No nosso material de análise, a colônia é manipulada pela metrópole e levada a agir conforme os seus interesses. Com isso, ela se favorece, apagando quaisquer formas de manifestações. As Instruções são os preceitos legais do dominador, a autoridade estatal. Uma ligação reguladora dos sentidos. Constitui-se, assim uma história de 'pacto', tratos, tratados, onde se busca a conciliação diplomática e não o confronto.

Assim, se pode ver que a construção da noção de colônia se dá pelo efeito que aparece na materialidade do discurso. Pela determinação histórica se fixa a relação colonizador-colonizado, cada qual com a sua voz. Esse efeito se produz através de um jogo de singularidades relacionado a um 'padrão-lá'. A colônia existe em relação à metrópole, na dependência de uma nação fundadora que é referência para a constituição do outro. No sentido, portanto, de colonizar onde domina o interesse de

explorar, povoar e dominar.

Nos discursos de Rolim e de Albuquerque há um misto de narração e de descrição, cujo funcionamento alia administração, ciência e política, que, ao final do século XVIII, vão sofrer transformações, ocasionado também pela mudança de perspectiva na administração da terra. Não é simplesmente uma relação tipológica comum de narrar ou descrever, mas uma *construção historicamente determinada de formas de discurso* (Orlandi, 1994), referindo-se ao modo de construção da realidade brasileira.

Desta forma, estamos no âmbito de um discurso absoluto, que estabelece um jogo ambíguo de posição. Há uma única voz que comanda/administra, mas duas posições-sujeito: a de quem instrui, comanda e a de quem, é comandado/administrado. Ao assujeitar-se, produz um deslocamento, uma relação de dupla perspectiva. O administrador da colônia é tomado por um outro olhar, o que lhe faculta agir como explorador. Posição de ambigüidade que dá o espaço de deslizamento. É o lugar da possibilidade do político que se fecha com o administrativo. Investido do poder de mando, executa ordens, tomando para si a responsabilidade prescrita. Assim, o discurso traça a linha no mapa, por posições que intermediam nos relatos e, conseqüentemente, delimita a fronteira. É a força de um mundo que está se fazendo.

Pelos ditos mapas vera V. Exa. com mais clareza o que eu dizia a respeito da linha divisoria, e do comodo que fara a esta Capitania correr a dita linha pelos álveos dos rios Alegre e Aguapeí, que ambos me seguram ser navegáveis em tempo de águas, e podem servir pelo tempo adiante a passarem-se fazendas desta vila para o Cuiabá...(Carta de Rolim a Corte Real. Vila Bela, 5/9/1754); grifos meus.

O jogo entre dizer/ver é forte. O mapa é a atestação possível pelo que está posto nas cartas e visível pelo discurso do administrador. Há, desta forma, uma voz a que o rei não tem acesso. O argumento das condições locais é o 'pretexto' para fazer não exatamente como manda a Instrução, mas como a Instrução induz ao gesto de apropriação.

O lugar de onde fala o administrador é constitutivo do que ele diz, '(a)segura' o funcionamento do real existente. Está investido da força da

regulamentação que o autoriza a construir o imaginário da situação de fronteira. Assim, a metrópole providencia armar a colônia de força bastante e segurança e vantagem, para defender, reduzir o gentio à razão, para que não se constitua impecilho aos avanços e demarcações a partir dos preceitos legais. Ter vantagem sobre o gentio significa fortificar as canoas, que tem incursões decisivas na manutenção e defesa dos territórios.

Carlos Moura (1986), em estudos sobre esse tipo de transporte colonial, fala como as 'monções' eram atacadas pelos Paiaguás, índios canoieiros que pilhavam e aprisionavam as canoas. Desta forma, cada administrador escreve sobre a necessidade de armar os comboios aquáticos para atacar os índios, que usavam a estratégia como resposta ao avanço branco. O poder central esteve sempre atento aos ataques índios, pois constituíam constante 'ameaça' às empreitadas de conquista e exploração da terra. Recomendava o emprego de *embarcações armadas em guerra para comboiar as monções*.

A força se personifica para que se instruem os homens e mantenha-se a Ordem com 'manobra', movimento que se faz com alinhamento de homens, divisa de limites. São os efeitos da Instrução, dada a conhecer pelo olhar do administrador-explorador.

O jogo de ordenações se dá nos dois sentidos, caracterizando a manutenção do discurso da força que mantém o respeito à fronteira. Há, portanto, dois movimentos de fronteira: nos limites, indemarcáveis dos espaços móveis das águas e nas picadas, em terra, asseguradas pelos 'dragões'. O mito se liga ao real para construir a narrativa que caracteriza o longínquo, misto de exotismo e barbárie.

O plano político-diplomático de defesa da fronteira, na época, a mais ameaçada, se baseia nessa estratégia de navegação. A característica da região, alagada durante boa parte do ano, possibilita esse tipo de incursão e dá aos portugueses o poderio fluvial na fronteira. Plano que no governo imperial serviu para o patrulhamento do Rio Paraguai. O índio torna-se um grave problema para o branco. O foco do discurso se desloca para a sua extinção. Os índios 'infestam', 'insultam'. Apagam algo que constitui o lugar do outro discurso, pela necessidade de representação do novo espaço de configuração da colônia.

Nessa formação discursiva a resistência se dá pela força na proporção: o branco é violento porque o índio é descrito como bárbaro, selvagem. O extermínio aparece como conclusão lógica do processo de ocupação, onde o poder responde para além da posição de colonizador.

Como acontece quando se trata de fronteira, o discurso vai se orientar em duas posições. Para o exterior, como necessidade de dar conta dos atos mediante cumprimento das ordens superiores e para o interior, à medida que vão comprovando os meios 'eficazes' para a consecução dos objetivos. Nos dois casos, as formulações das cartas são indícios dos objetivos do governo colonial, que tem no (des)respeito a divisão entre legalidade e ilegalidade.

O discurso do administrador visa a hegemonia da ação. Em ambas as direções, da corte para a colônia e desta para o rei, se produzem a supremacia do colonizador e o apagamento do colonizado. A relação se dá no âmbito do poder e das suas representações políticas. Produz um conhecimento que tende, ao mesmo tempo: a) desenvolver o trabalho de administração, tendo uma função reguladora, de lei, gerando efeitos de administração; b) intercambiar informações para manter o governo, tendo assim, uma função política. A formulação é marcada pelo jogo das diferentes posições do sujeito e determinada *pela vontade da verdade, pelas suas intenções, pelas evidências do sentido e pela ilusão referencial (a literalidade)*, (Orlandi, 1996a).

A concepção de fronteira aí pode ser vista como utilitária. Gera um instrumento de trabalho e de conhecimento que vai estimular o mecanismo da Instrução. O que nos leva a dizer que os administradores produzem o material local para municiar a Instrução. O lugar de onde fala é marcado social e ideologicamente ou, para dizer com Pêcheux (1975), *o indivíduo é interpelado, constituído em sujeito pela ideologia*. Deixa suas marcas no que produz, conforme a posição que ocupa.

As imagens da colônia vão funcionar como espaço de legitimação dessa função do administrador, definindo a sua posição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Ah, quem escreverá a história do que poderia ter sido?

Será essa, se alguém a escrever,

A verdadeira história da Humanidade”.

- Fernando Pessoa, *Pecado original*.

“Sou o passado obscuro destas águas”.

- Manoel de Barros, *O livro das ignoranças*.

Percorremos um caminho que agora nos faz retornar para demarcar os percursos dos objetivos e dos questionamentos que balizaram as reflexões sobre o discurso de constituição da fronteira de Mato Grosso.

Traçamos como objetivo fundamental analisar a relação política e jurídico-administrativa entre as cartas produzidas pelos administradores da Província de Mato Grosso e as Instruções disciplinadoras de todo dizer produzido na colônia que constitui o discurso da época da demarcação das fronteiras definitivas do Brasil.

Aliado a esse objetivo, fizemos o levantamento de algumas indagações que pretendem delimitar o encaminhamento da reflexão e contribuir para a compreensão do funcionamento de um discurso oficial estabelecido entre dois pontos geograficamente distantes, mas unidos pelo mesmo ideal de colonização, produzindo uma situação política de subordinação de um povo a outro.

Os recortes discursivos que fizemos dos relatos, Cartas e Instruções e que serviram de base para o encaminhamento do percurso de análise estão apresentados integralmente em apêndice neste trabalho, dando os diferentes sentidos de fronteira que estão presentes em nossa análise: a fronteira como imaginário; a fronteira como respeito; a fronteira como linha, traçado no mapa; a fronteira como força, guarnição militar; a fronteira como movimento, manutenção, penetração, povoamento; a fronteira como fortificação, construção, consolidação; a fronteira como cumprimento de ordens, obediência, vassalagem; a fronteira como provas, atestação.

Parcialmente, a nossa análise considera que essa correspondência constrói condições de produção de discursos que se sustentam mutuamente, se tocam nas semelhanças e nas diferenças configurativas da fronteira, inscrevendo-se no que

poderíamos denominar de discurso da soberania de um país estabilizado dentro de uma relação colonial, constantemente atravessado por outros sentidos que são produzidos em situação em que o meio interfere.

Vimos também que a análise produzida a partir das cartas de Rolim e de Albuquerque, mostra uma diferença fundamental no funcionamento discursivo entre um e outro.

Em Rolim, os sentidos formulados restringem-se a uma visão puramente circunstancial. Age para um fim determinado. Uma retórica marcada pelo institucionalizado, enunciando sempre do lugar da corte.

Em Albuquerque, os sentidos produzem a visão do momento Iluminista, quando aventura e conhecimento se aliam para transformar o mundo. Assume uma posição de falar do lugar do Estado. Pressupõe uma configuração política de estadista, trazendo sentidos de um discurso que se pauta na obediência, mas com deslizes de manipular o já dito através de provas pautadas em observações pessoais.

Vejamos como funcionam essas diferenças.

Após a análise dos discursos produzidos por esses administradores coloniais, trazemos à tona as semelhanças e diferenças entre eles, através da consideração de alguns pontos que podem caracterizar a discursividade de cada um, tornando mais visível o que já foi feito durante o trabalho:

Rolim de Moura - o administrador a serviço da Corte:

- súdito obediente às determinações; obedece e não manipula o saber;
- retórica da vassalagem;
- dá princípio à demarcação com os cosmógrafos, projetos de demarcação – adentramento da linha divisória para além da prescrita pelo documento legal;
- espera os resultados dos comissários (*notícia e conhecimentos que tenho podido alcançar*) e da Corte;
- usa do arbítrio que a Instrução lhe concede;
- contrapõe argumentos visando demover o ‘destinador’ para outras conclusões (operadores do tipo ‘porém’);
- é comedido, precavido (receia ‘escandalizar’ os vizinhos castelhanos);

- é fiel às prescrições (*na minha instrução se me ordena somente os peça ao Provincial do Brasil*);
- dá conta *por descargo da minha consciência*;
- remete as patentes, *como Sua Majestade me ordena*;
- fala de um lugar institucional – imagem do administrador servil;
- age com a certeza de quem domina.

Luiz de Albuquerque – administrador e cientista a serviço do Estado:

- súdito do rei; obedece e manipula o saber
- retórica da vassalagem, sendo mais exacerbado nos elogios e na sua posição de súdito;
- faz as observações em conjunto: *vai mesmo sinalar o lugar mais propio; assim por mim como pelos engenheyros* (marcado pela cientificidade);
- prova com observações e cálculos o contrário do que está prescrito nas 'reais ordens'. O conhecimento altera as ordens régias. Constrói registros e forma as memórias;
- soma argumentos para fortalecer suas colocações, observadas e comprovadas matematicamente (operadores do tipo: 'não só... mas também...');
- não receia *abandonar todos os meus primeyros projectos e dar principio aos outros novamente ordenados ...*;
- é fiel às prescrições: *em consequencia das reais ordens; a este fim fui logo indagar*;
- dá conta para aprovação dos engenheiros e depois da Corte. Configura após observações pessoais conforme o *sistema mais aplaudido*;
- envia o plano com as *memorias pertencentes que formey; memorias apontadas*;
- fala de um lugar institucional para sustentação da posse;
- vantagem política de ocupação;
- obra de solidez e duração.

Embora as duas posições estejam legitimadas pelo poder de falar 'em nome do rei', entre Rolim e Albuquerque o sentido de fronteira é regulado pelo conhecimento afetado sócio-historicamente.

Em Rolim está a obrigação de manter o espaço conquistado, assegurando

as prescrições do tratado de limites para a manutenção da fronteira. Cumpre o já dito.

Em Albuquerque, está o militar/estadista que, além de manter o que já está conquistado, avança, penetra no até então impenetrável, conciliando os extremos. Ao mesmo tempo que in(en)forma sobre as novas terras, re-afirma a cultura européia. Ação, desta feita, muita mais verticalizada – um 'programa' de construção da fronteira.

Presentificamos, desta forma, em Albuquerque o súdito que acaba tendo uma ousadia maior nessa relação. Cria para o reino e não para o rei. Cria para alterar o sentido da própria administração, o que se pauta nas condições ideológicas da época e na mudança do paradigma político. Aqui o respeito está no conhecimento.²⁸

Os discursos podem se relacionar de diversas maneiras. Estes que estamos analisando vão se articular na ambigüidade. Embora as Cartas retomem as questões das Instruções, há um deslizamento de sentidos, criando um espaço em que aparece o administrativo (fazer do modo como está dito) e o político (des-viar do que está dito).

Desta forma, ora retomam/sustentam, ora aliam os interesses de ambos os lados. Isto quer dizer que o administrador, ao mesmo tempo que respeita o poder central, constrói o seu próprio poder na colônia. Há uma dependência recíproca de interesses, um acordo tácito, uma aliança e uma diferença que se dá no mesmo campo de produção dos sentidos.

Tal como fizemos no percurso da dissertação, consideramos as Cartas e as Instruções como instâncias discursivas entre a colônia e a metrópole.

As Cartas se fazem no plano da oficialidade do político – cumprem o preceituado na Instrução e dão conta das ordens emanadas delas através dos planos e dos relatórios, As Instruções ficam no plano do jurídico-administrativo, preceituando as linhas mantenedoras das ações na colônia.

A sua eficácia se explica, ainda, pelo poder socializador – os administradores se colocam como 'instrutores', pois passam suas instruções a outro, ao seu sucessor, tomado pelo ambiente e sujeitado a ele, gerando deslocamento de posições e de sentidos.

²⁸ - Reporto aqui às conversas com a professora Maria do Socorro Araújo, do Departamento de História da Unemat/Cáceres-MT

Desta forma, os discursos são produzidos em lugares diferentes, marcado por olhares diferentes, o que dá o deslizamento dos sentidos, facultando que um administrador deslize mais que o outro. O que vai marcar a diferença entre Rolim e Albuquerque é, justamente, o grau de formação humanística e científica de cada um.

Na constituição da fronteira de Mato Grosso, o discurso e a história constróem diferentes representações lingüísticas que revelam diferentes formações discursivas relativas ao funcionamento do discurso do poder e dos mecanismos que acionam para promover o assujeitamento à ideologia.

As Cartas dos administradores da colônia estão afetadas por essas condições sócio-históricas que são diversas das Instruções, cujos efeitos estão voltados para os resultados produzidos pelas cartas/relatórios que vão daqui. Esses relatos vão constituir/construir os mapas e o imaginário da terra e do povo.

Os sentidos se colocam, assim, em perspectivas de produção diferentes, mas com os mesmos princípios norteados pelas Instruções: ocupar, conservar, avançar, que mantém o fio do discurso do poder e da soberania, constituindo os limites do Estado.

A distinção entre os discursos nos possibilita perceber especificidades do lugar e do modo de significação enquanto administradores coloniais a serviço do reino. Falam de lugares diferentes, mas não de modos diferentes. Nessa relação se instaura a tensão no/pelo discurso.

Nossa análise concluiu que os instrumentos utilizados para assegurar a posse das terras conquistadas pelos lusos no século XVIII, constróem uma empresa de colonização no interior do Brasil, na coexistência de sentidos que se contradizem e se complementam em diferentes regiões do interdiscurso, significando em dois lugares distintos: o do reino, que se coloca na posição de colonizador e o do espaço da administração colonial, que explora e traça os contornos das terras.

Duas posições que compõem o mecanismo de configuração e desenho do traçado oficial do país, assegurado também pelo processo de nomeação que, pelo ideológico, constrói as relações coloniais e, conseqüentemente, legitima o real da fronteira, tornando-a reconhecida pelo poder central.

Assim, fronteira pode ser pensada não como espaço estratificado de

sentidos, mas atravessado por contradições típicas do processo histórico e que nos fazem ver que fomos construídos por um discurso oficial composto de Cartas/relatórios e Instruções, legitimando a política de delimitação proposta e o lugar de interpretação.

Não se trata de ver somente a diferença entre elas, mas a relação que constrói o dizer sobre a governabilidade de uma região, de um Estado. Mato Grosso se faz na passagem e nos espaços momentaneamente ocupados. É, portanto ação de mobilidade administrativa rigorosamente controlada por discursos do poder central.

Como dissemos no capítulo III do trabalho, a fronteira está no jogo discursivo entre a legalidade e a ilegalidade. Há que se respeitar as terras de fronteira, contudo o movimento de continuar avançando possibilita o (des)respeito guardado pelas prescrições régias. A ocupação gera o ato diplomático dos tratados que, por sua vez, já se tornam obsoletos pela própria necessidade de tomar conta.

Nesse jogo se regula o sentido da fronteira e da colonização. Há um poder central, cuja função é regular, legislar, que determina a ação humana na colônia e há, também um poder administrador, que exerce a ação política de assegurar o que está dito e construir um novo poder, descentralizado.

Cartas/relatórios, Tratados, Instruções, podem ser vistos como discursos que fundam a discursividade do poder e das estratégias de administração. Funcionam como referências no imaginário constitutivo do Estado e do país, visíveis nos/pelos efeitos de sentidos que fazem esse discurso funcionar.

A oficialidade marca o lugar do cumprimento do que está preceituado, mas não garante o respeito à fronteira. O ato falha pela prática ideológica que faz a transgressão caracterizar o fato de ser brasileiro.

Quando aflora a condição de povo colonizado por um processo de apropriação política e jurídico-administrativa, a situação de subjogado ao estrangeiro deixa explícito o discurso do colonizador e o seu poder legitimador durante todo um período em que se manteve como voz única. Essa ascendência encobre a existência de interdiscursos que silenciam o outro, teimando em se fazer significar nos des-vãos da língua, onde as palavras resistem e se fazem significar em outros lugares, de variadas formas.

Levando-se em consideração que somos constituídos por discursos, o

olhar 'de fora' que nos construiu historicamente nos faz re-ver os sentidos colonialistas que ainda nos atravessam, refletindo um mundo de ilusórios discursos de igualdade e de liberdade.

A compreensão de parte da formação do meu Estado na perspectiva discursiva, poderá contribuir com outros estudos para que, no confronto com outros 'pontos de vista', façam surgir outros sentidos, permitindo estabelecer variados lugares de entendimento do processo de identidade e das nossas razões de existir.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

APÊNDICE

RECORTES DISCURSIVOS DOS RELATOS, CARTAS E INSTRUÇÕES

“Terra e água se entram
Amorosamente”

(Manoel de Barros, *O Pantanal por MB*)

Rolim de Moura

A Fronteira como Imaginário:

- 1- ouro com tanta grandeza;
- 2- gente e gado é pouco e faltam remédios;
- 3- irregularidade do clima (tem friagens rigorosíssimas e é muito quente);
- 4- trabalho e perigos do caminho;
- 5- extraordinárias despesas, distância e pouca comunicação;
- 6- dilatado sertão, distâncias das minas (distância e vagar das tropas);
- 7- no MT há boas terras de planta, abundância e fortuna;
- 8- ruindade dos caminhos no tempo das águas;
- 9- despesas com a criação da Vila do Mato Grosso (Vila Bela);
- 10- ouro em muita conta nas fundações para construir canais condutores de água;
- 11- pantanal embarçado, rios violentos, grandes cachoeiras para ultrapassagem;
- 12- grandíssima dificuldade com as canoas. E só é possível com elas;
- 13- despesas com o ‘quinto’, soldos dos oficiais e soldados aumentadas com os cavalos para a companhia e as casas de Fundação, acrescidas ao estabelecimento da Vila de Mato Grosso (Vila Bela) e das Missões (escassez de ouro X privilégios da corte = desequilíbrio das finanças);
- 14- “Esse grande rio (Paraguai) já aqui leva bastante largura, e forma seus pantanais (...) de duas léguas que em tempo de águas se passa com ele pelo peito, e em

partes a nado, mas eu o passei ainda tão seco, que a não tive para beber...”

- 15-as terras minerais são demarcadas pelos Intendentes (delimitação das fronteiras internas)...”porque não pertencem menos aos Ministros encarregados da administração da Real Fazenda as terras minerais do que as plantas cujas sesmarias tocam aos Intendentes demarcarem-nas”.

A Fronteira como respeito:

- 1- “Mas o principal motivo que tive foi para que fizessem respeito à vila, que como V. Excelência me adverte se deve reputar como terra de fronteira” (carta de Rolim a Corte Real. Vila Bela da SS. Trindade, 28 de maio de 1752);
- 2- “Pelos ditos mapas verá V. Excelência com mais clareza o que eu dizia a respeito da linha divisória, e do comodo que fará a esta Capitania correr a dita linha pelos álveos dos rios Alegre e Aguapeí...” (carta de Rolim a Corte Real. Vila Bela, 5 de setembro de 1754);
- 3- “... não acho nele (tratado) cláusula alguma que obrigue a conter-se nem uma das partes nos limites que ele prescreve, antes de os comissários determinarem a linha que deve servir de divisão, e barreira a ambos os domínios” (Carta de Rolim a Corte Real. Vila Bela, 28 de maio de 1752).
- 4- “Assim como os castelhanos tem (...) , assim também vários portugueses se acham estabelecidos (...) e as terras (...) já foram descobertas e pisadas há cinco anos pelos nossos sertanistas em fé do que levantaram nela a cruz (...) enquanto não chegam os comissários assim também nós podemos nos aproveitar das riquezas das terras de que estamos de posse, até ao mesmo tempo” (idem);
- 5- “A conclusão de tratado tira presentemente o receio (...) e a experiência tem mostrado, que cláusulas nenhumas bastam a garantir a sua observância...” (idem);

A Fronteira como linha, traçado no mapa:

- 1- "... o Mato Grosso é de uma importância pela situação em que está tão vizinha aos castelhanos, cujos Missionários se vem chegando muito para nós, e já tem aldeias na banda de cá ..." (carta de Rolim a Corte Real. Cuiabá, 27 de junho de 1751);
- 2- "... logo que vim para estas minas pelo mesmo caminho vim fazendo observações dos rumos e apontamentos ..." (Correspondências vol. 2 p. 64)
- 3- "... correm ambas (serra do Aguapeí e serra do Paraguai também conhecidas como dos Chiquitos) de duas paralelas de sul ao norte por aquele espaço por onde eu pretendo seja a linha divisória" (Vol. 2 p. 117)
- 4- "... e remeto a própria para por ela constar a certeza da situação de marco na Barra do Jauru, por ser ponto fixo, e que deve governar a linha divisória daí até e Sararé .." (vol.2 p.66)
- 5- "... porém sempre na dita linha pontuada tem V. Excelência a figura do caminho, e a proporção com menor erro (...) que é fácil fazer-lhe por meio da altura fixa da Barra do Jauru, ficará sofrivelmente exato"; (vol. 2 p. 70)
- 6- "... e agora tornarei a propor o projeto de demarcação, que vem a ser entrar a linha divisória pelo rio Capivari até as suas cabeceiras, seguir pelo cume da Serra Grão Pará, até onde faz focinho fronteando ao Alegre, cortar a ele na direitura da Serra da Gaíba, atravessar para o Aguapeí, depois de ter corrido pelo álveo do outro até as suas cabeceiras, ou perto delas descer pelo álveo do Aguapeí até a direção da linha que vem do marco; e encaminhar-se ao mesmo marco, deixando todo o rio Jauru da nossa parte, conforme o tratado, porque assim salvavam-se os sítios que estão para baixo do Sararé, ao que me parece favorece o tratado, determinado que cada qual ficará com o que tem ocupado"; (vol. 2 p. 76)
- 7- "O embaraço que a elas se lhes põe, é unicamente não haver caminho (...) mas como em quanto as demarcações se não concluem estão estas duvidosas e não sei em que virão a parar, não quero que tenham mais portas cá para a Capitania, do que a do rio, que por essa não é fácil entrarem ..." (vol. 2 p. 203)
- 8- "Tanto por esta causa (comunicação e transporte) como pela vizinhança em que aquele sítio (Jauru) está dos castelhanos ..." (carta de Rolim a Corte Real.Vila Bela,

28 de maio de 1752);

A Fronteira como força, guarnição militar:

- 1- "Estou esperando as listas para formar outras duas companhias de pardos e pretos separadamente ..."; (idem)
- 2- "A estes (sertanistas) mandei assentar praça com o título de Aventureiros, dando-lhe o soldo de dragões sem farda";(Rolim 30/9/1762)
- 3- "Tem mostrado a experiência que para se guardarem diamantes necessitam os guardas de dragões serem acompanhados, por soldados pedestres, e ainda em todas as mais diligências lhe são úteis ...";(Rolim vol. 2 p. 36)
- 4- "... fortificar naquele Distrito (Jauru) tão exposto a entradas ..."; (carta de Rolim a Corte Real. Cuiabá, 27/6/1751)
- 5- nomeação de Provedores da Fazenda e Intendentes (arrecadação e superintendência das terras minerais);
- 6- defesa com tropas e comboios, fortificação, armamento de canoas, artilharia e "pecinhas de amiudar";
- 7- instrutor para os soldados (ajudante de artilharia que "sabe riscar suficientemente os mapas");
- 8- inspeção à pé (comitiva) e nas canoas;
- 9- navegação como propriedade particular ("pelo qual esse rio é privativamente nosso até...");
- 10-fundação de fortaleza no Guaporé e "registros", "em lugar vantajoso";
- 11-espionagem, contrabando, patrulhamento; (vol. 1 p. 70 e 84)
- 12-"... o empenho do dito Senhor (Sua Majestade) é de conservar e aumentar esta Capitania";
- 13-redução do gentio Paiaguá ("reduzir a viver racionalmente").

A Fronteira como movimento, manutenção, penetração, povoação:

- 1- “Pelo que me parece pelo meio mais eficaz, mais próprios às circunstâncias presentes ... é usar S. M. Com ele o que usou com Rio Grande e Santa Catarina, pois é também fronteira ...”; (carta de Rolim a Corte Real. Cuiabá, 27/6/1751).
- 2- “... por em prática aquela navegação (Jauru)”; (carta de Rolim a Corte Real. Vila Bela, 28/5/1752).
- 3- privilégios e isenções, franqueamento da comunicação, construção de canal para condução de água, convite a moradores e mineiros para incremento da povoação, movimento das minas, proibição dos diamantes;
- 4- pelo Pará, vinda dos Missionários “para as mais aldeias que se houverem de fundar”;
- 5- “... parecia conveniente fundar-se naquela (Jauru) alguma povoação, saindo para servir de interposto, aos que de Cuiabá e Ararituaba vierem a estas minas ou daqui forem para lá, como também para fortificar aquele Distrito tão exposto a entradas ...”

Posição do administrador:

- 1- “... dar princípio com os cosmógrafos à demarcação o que me pôs em grande dúvida sobre o que faria, receando escandalizar nesta ocasião aos novos vizinhos (castelhanos) indo minerar terras que pelo tratado lhe ficam pertencendo, porém moveram-me as razões a não suspender a ordem que havia (Gomes Freire de Andrade) dado” (carta de Rolim a Corte Real. Vila Bela, 28/5/1752).
- 2- “... se por incúria minha perder a Coroa alguma vantagem não haverá meio de recuperá-la” (idem).
- 3- “Também não foi escolhido o lugar para a Vila (Vila Bela) pela forma que a dita ordem prescreve, porque V.M. na minha Instrução deixa essa escolha ao meu arbítrio...” (idem).
- 4- “...como V. Excelência poderá ver ao mesmo tempo que pelas contas que pelo Conselho Ultramarino há de constar o pouco zelo e o pouco escrúpulo com que

aquele Ministro despendeu a Real Fazenda...”(idem p. 99).

- 5- “... porque na minha Instrução se me ordena somente os peça ao Provincial do Brasil”;
- 6- “Isto é o que se me oferece dizer a V. Excelência do estado presente e esperanças para o futuro desta Capitania conforme as notícias e conhecimentos que tenho podido alcançar dela sobre o que espero as ordens de V. Excelência para que ela possa ter aumento que S.M. deseja e é conveniente à sua Coroa” (idem p. 57-8).
- 7- “Na Instrução que S. M. foi servido mandar me dar para me reger neste governo, me ordena ...”;
- 8- “Sem embargo de que pelas contas que a V. Excelência dou e ao Conselho Ultramarino conheceu S.M. ... se me faz preciso dizer a V. Excelência em suma por descargo de minha consciência bem do serviço de S.M. e do comum deste povo ...” (idem p. 59).
- 9- “Para dar cumprimento as ordens de S.M. saí do Cuiabá a três de novembro e cheguei à passagem do Paraguai a dezenove”.
- 10- “... pelo Conselho Ultramarino remeto as patentes como S.M. me ordena na minha Instrução...” (idem p. 77).

Albuquerque

A Fronteira como fortificação, construção, consolidação.

- 1- “Relaçoes de varias disposçoens ou comodidades ao lugar da barra que forma o piqueno rio chamado dos Mequens; no qual devia ser erigida a nova feitoria de comercio detreminada pelas primeyras ordens de Sua Majestade (...) cuja relação se achava destinada a unir ao piqueno plano topographico ...” (carta de Albuquerque ao marquês de Pombal. Rio da Madeyra, 12/2/1774).
- 2- “Finalmente o referido Governador, não podendo pela estreiteza do tempo e pelas muitas occupaçoens actuais formar agora huma separada relação semelhante a esta

- de todas as noticias que dizem respeito ao lugar da Conceição ou aquelle da sua vezinhança que S.M. manda ocupar com a nova fortaleza ..." (idem);
- 3- "Mas enfim assentado se de comum acordo que seria hum prejuizo certo e muito consideravel o estabelecer huma obra semelhante que deve ser de solidez e duração num sitio que inundará completamente nas cheias grandes, conforme agora se principia a observar ..." (idem);
 - 4- "O rio Jauru neste sitio não é muito largo mas profundo; passa-se em canoa, vai fazer barra no Paraguai na forma que está dito, aqui se conserva o antigo regimento com hum destacamento ..." (descrição da viagem de Albuquerque quando veio tomar conta da Capitania de MT);
 - 5- "... poucas legoas abaixo deste sitio fas este rio confluencia com o do Jaurú, e neste lugar se acha posto o marco que devia servir as demarcaçoens ..." (idem);
 - 6- "... vantagem politica de ocuparmos a margem ocidental do rio da Madeira (...) facilmente poderíamos sustentar a posse della e ocupalla com forças para cujo destino se divizam aqui ..." (carta de Albuquerque a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Rio da Madeira, 3/3/1774);
 - 7- "Faço a S.M. presente o Termo da nova fundação denominada Villa Maria do Paraguay, a que ultimamente dei principio na margem esquerda do Rio Pararaguay, junto do lugar por onde de presente se dirige o caminho desta Capital para a Villa de Cuyabá ... que distará 5 legoas do antigo Marco do Jaurú ..." (carta de Albuquerque a Mello e Castro em Vila Bela, 20/11/1778);
 - 8- "A paragem da referida nova povoação he conhecidamente propria e adequada a facilitar a indispensavel comunicação e comercio desta com a mesma Villa de Cuyabá (...) ficando alem disto bem nas vizinhanças da fronteira ..." (idem);
 - 9- "... ainda que para todos estes fins me vejo na verdade embaraçado como V.Excelência poderá julgar pela notoria falta de habitantes, pois que huma tão remota parte do mundo como esta e tão pouco sadia, são com efeito rarissimas as pessoas que voluntariamente se transportam ..." (idem).

A Fronteira como linha, mapa, traçado:

- 1- “Todo o terreno compreendido pela linha circular que vay pontuada no mapa (menos as poucas alturas que nele mesmo se indicam) conciste em hum campo sumamente baixo e pantanoso ...” (idem);
- 2- “As alturas e piquenos montes que no citado mapa vão notado ofrece todavia a competente extenção de terras para cultivar as plantaçoens precisas ...” (idem);
- 3- “A este fim (ordens expressas) fuy logo indagar pessoalmente a piquena altura apontada que jas hum pouco acima da destruida fortaleza da Conceyção, e fazendo configuralla exactamente no papel, com todas as suas devidas imediaçoens, projectey nella conforme o sistema mais aplaudido comumente, o quadrado que V.Excelência podera observar em maior ponto no desenho (...), o qual vai tambem assinalado em piqueno naquele mesmo espaço da altura referida, que eu julguey mais proprio e adequado, tanto pela sua solidez e elevação, como pela proporcionada vizinhança do rio, para nele ser construida a nova fortaleza, conforme V.Excelência divizará na piquena carta topographica, havendo sido uniformemente aprovada esta minha escolha pelos engunheyros ...” (idem);
- 4- “... o qual observo (o novo lugar) ser de elevação sobre o nivel do rio, sendo quazi a mayor força das enchentes somente nove palmos pouco mais ou menos e me parecesse que na urgencia de se não descobrir outro algum se poderia talvez fundar nele hum piqueno quadrado longo, mas flanqueado, como mostra o Plano, e ainda assim de despesa muito avultada, porque não há pedra propria para a construção, nem terras na vizinhança e seria alem disso sem duvidas forçoso de alicerces firmes com o costisissimo sacrificio de grossas estacas e ingradients de madeira” (idem);
- 5- “... como claramente se manifesta do mesmo plano numero (...) e memoraes adjuntos” (idem).

A Fronteira como vassalagem, cumprimento de ordens, obediência:

1. “Em consequencia das reaes ordens que S.M. foi servido mandar me dirigir pela Secretaria d’Estado da Repartição Ultramarina (...) cheguei efectivamente a confluencia destes rios (...) depois de concluida a minha decida desde Villa Bella as averiguaçoens e exames que o mesmo Sr. degnou juntamente detreminar me sobre diversos lugares de rio Guaporé” (carta de Albuquerque para a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, Rio da Madeira, 3 de março de 1774).
2. “Como porem quando me dispunha a proceguir e completar todas as diligencias e operaçoens (...) prescritas no real avizo referido (...) e mandar sem demora dipois de os reconhecer atentamente todos os necessarios planos e relaçoens (...) me vierem a mão em officio de mesmo Governador as notas que V. Excelencia fez acressentar ao plano secretissimo que nellas mesmo se avizam na mesma contextura (...) julguey logo forçosamente necessario o abandonar de todos os meus primeyros projectos relativos, dando principio com a maior atenção aos outros novamente ordenados pelas expreçadas notas que V. Exa. mandou me servissem depois da dita norma e instrução para as fundaççoens determinadas”. (idem)
3. “Não devo omitir de reconhecer diante de V. Exa. que as fundaççoens destas duas fortalezas e dos mais estabelecimentos que o mesmo Sr. se tem dignado conferir me nesta fronteira, são sem duvida hum dos mais lizonjeiros testemunhos da leal confiança e grandeza com que S.M. benignamente quiz honrar a minha limitadissima capacidade que eles so seriam bastantes a exercitar em mim os mais fervorozos esforços de veradeyro zelo e amor pelo seu Augustissimo serviço, se acazo alguns deles ainda me restassem do que impreterivelmente tenho sacrificado as sagradas obrigaçoens de ser mais humilde e muito fiel vassalo ...” (idem).

A Fronteira como provas, atestação:

1. “... configuralla exactamente no papel, com todas as suas imediaçoens ...”;
2. “... aproximados calculos que pude sobre a importante despeza ...”;

3. "... preciza e utilissima fundação ...";
4. "... prossegui logo a fazer todas aquellas indagaçoens que julquey precisas tanto sobre a qualidade do seu terreno e diverços dados destes grandes rios, como sobre as suas verdadeiras posiçoens, figuras e distanceas ...";
5. "... fazendo assim determinar pelo calculo trigonometrico, não só pela piquena carta Hydrographica (...) mas pelas notas ou memorias competentes ...";
6. "Porem como a inspecção dos lugares observados atentamente, assim por mim como pelos engenheyros, provou por um modo incontestavel o contrario do que se pretendia a respeito do espaço de margem do rio Madeyra que nas notas se diz (...) me vi sem duvida muito embaraçado sobre a eleyção que deveria fazer de terreno para a construção do forte, visto serem positivas as ultimas ordens de S.M. para nela ser edificado";
7. "... envio agora juntamente com as memorias pertencentes que formey, apontadas memorias".

Instruções

A Rolim de Moura:

1. "... trazer o índio à comunicação e à civilidade; formar com eles o corpo de milicias – "para fazer civilizar os Indios pelos meios da suavidade";
2. "... que V.Sa. faça praticar nessa parte quanto possivel fôr com os indios da Margem Oriental do Rio Guaporé mandando o dito Senhor, fazer como as Instruções e Ordens que forão expedidas a este respeito a Francisco Xavier de Mendonça Furtado a quem se aviza nesta conformidade...";
3. "... não so comonicar (...) mas também instruillo sobretudo pelas ordenz da Copia incluza ...";
4. "Elle tem ordem para se prover nos Armazens da Companhia Geral na cidade do Pará (...), como também dos Espelhos, berimbaos, anzois, e mais miudezas que costumão servir nos certões para ganhar os Indios Silvestres ...";
5. "Enquanto nos não achamos inteiramente estabelecidos; e as demarcaçoens, ou

- desenganados de que não chegaram os comissarios que as hão de fazer, sera melhor conservar os caminhos fechados, e que os castelhanos não tenham outra porta que não seja a do Rio para entrarem nos Dominios de S.M.”;
6. “... segurar assim a Fronteyra para todo o sucesso futuro, e de fortificar a Margem Oriental do Rio Guaporé e Território della com a civilização dos Indios Silvestres...”;
 7. “... nessa Fronteyra são os Padres os quais vendo os mesmos Indios inclinados aos Portugueses, os desvião sugerindo-lhes, que estes os hão de fazer escravos (...) que por isso se devem aplicar a este fim, todos os meynos que as possibilidades nos puder permitir (...) porque o Direito da Natural defeza hé mais antigo do que toda imunidade e não admite alteração alguma sendo tambem Direito Divino imutavel ...”;
 8. “Neste sentido pois ordena S.M. que V.Sa. acrescente às providencias que tem dado nessa Capitania a de mandar sahir dos Domínios della todos quantos Religiosos da dita profição apparecerem nesses certos, ou sejam Portugueses ou sejam Castelhanos ...”;
 9. “... para que cressa ainda mais o numero de Gente atrahindo-se a esse Governo, pois a verdade hé que sem Gente nada se pode fazer, fazendo se nos a Guerra nas Fronteyras nellas hé que foram concedidos para a Fundação da mesma Villa com as modificações seguintes...”;
 10. “... o meio mais proprio para este fim hé o de V.Sa. se declarar Coronel do dito Regimento fazendo denominar o Regimento do General, como se pratica em alemanha ... Tambem será util que V.Sa. appareça algumas vezes montado a cavalo diante do dito Regimento (...) tendo meynos (...) de usar uniformes...”;
 11. “... nada pode obrar sem ordens desta Corte ...”;
 12. “Quanto à occupação ... me ordena S.M. declare a V.Sa. que tudo o executado respectivo a esta diligencia foy com o aserto propio da prudencia de V.Sa. Pelo que respeita aos jesuitas (...) o mesmo Senhor manda louvar a V.Sa. a prudencia com que suspendeo a execução (...) Da mesma forma se agradou S.M. do que V.Sa. dispos quanto a mandar occupar os dois importantes sitios (...) cuja conservação se fas agora mais necessaria depois que se anulou o Tratado dos Limites (...) e ordena que V.Sa. o forme (o Regimento montado) como lhe parecer mais util ao seu Real Serviço, e a segurança”.

A Albuquerque:

No discurso das Instruções encaminhadas a Albuquerque vão permanecer as mesmas marcas que caracterizam a voz de comando apesar de haver entre eles o interregno de quase duas décadas . Como aparece literalmente, esse instrumento legal é 'consubstanciado'. São discursos que vão re-configurando o dizer na ação desses administradores.

1. "... um dos seus objectos he instruir o governador de Matto Grosso sobre as cautelas que deve tomar contra as infestaçoens daquela perniciosa sociedade";
2. "... achara V.Sa. tudo o que deve obrar para conciliar a amizade e confiança dos indios da margem oriental do Guaporé e dos Paiagaz e para civilizar e atrahir os indios silvestres ...";
3. "... o que deve obrar a respeito dos indios bororos, formando delles hum terço de melicias ou tropas irregulares à maneira dos sinais da India Oriental e como a execução deste plano he de huma grande importancia para a segurança e fortaleza da Capitania de Matto Grosso, deve V.Sa. por todo o seu cuidado e diligencia em formar o referido corpo (...) e avizando por esta Secretaria de Estado dos progressos que tiver feito sobre este importantissimo artigo e das providencias que lhe poderão ser necessario para o por em estado de nos ser util";
4. "... terá V.Sa. todo o cuidado em animar o dito comercio (com os espanhóis) por todos os meynos que lhe forem possiveis, de tal sorte e com tal disfarce, que não pareça que V.Sa. promove, e menos que tem ordem para assim o fazer (...) e deste poderá V.Sa. também haver noticias de tudo quanto se passar nos dominios de Castella";
5. "As luzes que V.Sa. adquirio na Praça de Almenda lhe servirá de grande socorro, para distinguir os bons dos maus castelhanos";
6. "...todo o cuidado de V.Sa. deve ser o de estabelecer entre os portuguezes e os habitantes das sobreditas aldeas e missoens huma amizade e confiança mutua, de sorte que por mais que trabalhe o governo de Castella a vedar a comunicação entre

- elles e nós, achem sempre aquelles povos mais utilidade e maior vantagem em nos comunicar, do que em obedecer as leys que o prohibem ...”;
7. “... V.Sa. verá as pozitivas ordens que deve seguir não somente para se conservar na posse em que nos achamos (...) mas na occupação de toda margem oriental do rio Guaporé; cujas ordens manda S.M. ratificar prezenemente, a fim de que V.Sa. as observe, e servindo-se se for possivel de todas as forças que tiver, e deffendendo a dita margem do Guaporé, athe a ultima e sobre ser de extremidade”;
 8. “... e a este respeito (...) e não de cavalaria o regimento de guarnição da colônia), logo que V.Sa. chegar a ella deve mandar juntar o dito corpo e passa lo em revista, informando por esta secretaria de estado, com todo o detalhe da situação em que achou o dito regimento, e das providencias que deo para conservar ou estabelecer a disciplina militar, na forma das ordens e regulaçoens de S.M.”;
 9. “... a grande vigilancia que deve ter o Governador de Matto Grosso, em tomar todas as medidas necessarias para se acautelar e prevenir contra qualquer surpresa ou invazão, que os castelhanos possam intentar contra os dominios de S.M.”;
 10. “... trata de um mapa que se meteu na capitania de Matto Grosso, do qual constavão as armas e muniçoens de guerra, que havia nos armazens daquella Capitania; e sendo este artigo de mayor importancia, V.Sa. remeterá todos os annos outro mappa semelhante no qual indique o que existe, o estado em que se acha, e o que he preciso para deffensa e segurança da mesma Capitania”;
 11. “... ordens de S.M. para se concluir a fortaleza de N.Sa. da Conceyção, a importancia desta praça para a livre navegação do Pará, a guarnição que deve ter, a vigilancia com que sempre deve estar o commandante sobre os movimentos dos castelhanos, e como deve fomentar o commercio com os habitantes das aldeas daquella nação”;
 12. “Advirto V.Exa., que como a construção da fortaleza na duodecima cachoeira, de que falo assim, he objecto da maior importancia e se lhe deve dar principio com a possivel brevidade, precedendo os mais circunspectos exames, observaçoens e diligencias, assim sobre a escolha do terreno, como sobre a qualidade da obra; para a qual lhe sera preciso ouvir mais engenheiros ...” (Instrução de Mello e Castro para Albuquerque, do Palácio de N. Sra. da Ajuda em 30 de Setembro de 1772).

ABSTRACT

The discovery of the constituting texts of the senses by which the state of Mato Grosso will mean to Brazil by the time of its discovery, shows us a rich information archive about the land, the people and, specially, the correspondence produced in the formation period of one of the longest geographical frontiers of the country, formed by the rivers Guaporé, tributary of the Amazon and the Paraguai, the most important builder of the floodable lowlands of the swamp, in South America inland.

This documentation compounded by Letters and Instructions has a particularity: are texts constitutive of a political-judicious-administrative relationship between the Portuguese Crown and the colonial Mato Grosso.

The Letters, written by D. Antonio Rolim de Moura and D. Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, respectively, the first and fourth general-captain of the Province of Mato Grosso, in the XVIII century, are related to the Instructions from the Metropolis and are considered as report. Although they have official status, they are narratives of the political everyday of the Province and detailed descriptions, commentaries of the administration and scientific analyses of the collected data.

The Instructions are the legal instrument of the conquest, ruling the subject sent to the colony and imposing the movement of senses produced over the frontier. They function as a maintenance link of a political unity. They signal future actions in a single direction of senses. As judicious-administrative procedure, they draw the rules to the maintenance of the power that is transferred, in the colony, to the governors who give access to the colonizer voice.

These speeches can have other interpretations not only the one that places them as historical documents, but as how the discourse constructs senses which constitute countries, regions and frontiers, leading the ways of reading to beyond evidences. This way, these documents make our history with their letters, in a broad process of appropriation. It is by this constitutive speech that we enter in the history to understand the senses brought by the events, unlacing the stereotypes assimilated

during years.

Some questionings oriented the investigation: a) Does the relationship between the letters, and the instructions determine the respect to the frontier, making the determined borders? b) If the official correspondence didn't ensure the respect to the frontier, what mechanisms were used to draw the official design of the country? c) Would the nomination processes be responsible for the frontier settlement?

These questions place themselves in the theoretical positions the Speech Analyses in which my research lies, having as central axis the polemic spaces of how to read the archive proposed by Michel Pêcheux.

Key words: Analyse Speech. Senses. Archive reading. Mato Grosso frontier.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

“O mundo não foi feito em alfabeto. Senão que primeiro em água e luz...”

- Manoel de Barros, *O livro das Ignorâncias*.

- AMADO, Janaína. La séduction de l'autre: premiers intermédiaires de l'Empire portugais. In: *Naissance du Brésil moderne. 1500 – 1808*. Colloque de l'Institut de Recherches sur les civilisations de l'Occident Moderne. Sorbonne Les 4 et 5 mars, 1997.
- ANTERO DE QUENTAL. Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos. Discurso pronunciado na noite de 27 de maio, na sala do Cassino Lisbonense. In: *Prosas escolhidas*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1942.
- BARBOSA DE SÁ, Joseph. *Relação das Povoações do Cuyabá e Mato Grosso de seus principios até os presentes tempos*. Cuiabá: Edições UFMT/SEC, 1975.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Discurso e História: colonização e heróis nacionais*. Cruzeiro Semiótico. Associação Portuguesa de Semiótica. Número 16, janeiro, 1992.
- BARROS, Manoel de. *Gramática expositiva do chão*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- _____. *O Livro das Ignorâncias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- _____. *Retrato de artista quando coisa*. Rio de Janeiro, Record, 1998.
- _____. *O Pantanal por Manoel de Barros*. Campo Grande MS: Saber Sampaio Barros Ed. Ltda.
- BELLUZO, Ana Maria. A propósito d'O Brasil dos viajantes. In: *Revista USP. Dossiê Brasil dos Viajantes*. Nº 30, junho, julho, agosto. São Paulo: USP, 1989.
- BOAVENTURA, Tomás de A. S. *Limites no Mato Grosso colonial: período albuquerqueiro (1772-1789)*. Comunicação no IV Seminário de pesquisa, Departamento de História/PROED, 1987.

- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Edição Comentada. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira (momentos decisivos)*. Vol. 1 (1750-1836). 8 ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997.
- CASTRO ALVES. *Esteira de Espumas*. Coleção clássicos de ouro. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
- COSTA E SILVA, Paulo Pitaluga. Gomes Freire de Andrade, o 1º Capitão General de Mato Grosso. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso comemorativa aos 250 anos da Capitania de Mato Grosso*. Tomos CXLVI Ano LXX.
- COSTA, Maria de Fátima. *Notícias de Xarayes: Pantanal entre os séculos XVI a XVII*. Tese de doutorado. Departamento de História/USP, 1997.
- _____ *A história de um país inexistente: pantanal entre o séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999.
- COURTINE, J.J. Quel object pour l'analyse du discours?. In: *Matérialités Discoursives*. Colloque des 24, 25, 26, avril 1980.
- _____ *Chroniques de l'oubli ordinaire*. Sediments 1. Montreal, 1986.
- COURTINE, J.J. e HAROCHE, C. O homem perscrutado: semiologia e antropologia política da expressão e da fisionomia do século XVII ao século XIX. In: *Sujeito e Texto*. Eni Orlandi...[et al]. São Paulo: EDUC, 1988 (série cadernos PUC-31), pp. 37-60.
- DIAS, Luiz Francisco. Ser brasileiro hoje. In: *Discurso Fundador*. Eni P. Orlandi (org.). Campinas, São Paulo: Pontes, 1993.
- FAULHABER, Priscila. *O lago dos espelhos: um estudo antropológico das concepções de fronteira a partir do movimento dos índios em Tefé/AM*. Tese de doutorado. Departamento de Ciências Sociais do IFCH/UNICAMP. Novembro, 1992.
- FERREIRA, Maria C. Leandro. Nas trilhas do discurso: a propósito de leitura, sentido e interpretação. In: *A leitura e os leitores*. Eni Orlandi (org.). São Paulo: Pontes, 1998.
- FIGUEIREDO, Cândido. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 14 Ed. Vol.I. Livraria Bertrand/Lisboa. Ed. Mérito S/A Rio de Janeiro, 1947.
- FREIRE, B. S. da Silva. *Águas de Visitação*. 2 ed. Cuiabá-MT: Edições do Meio, 1980.

- _____. *Presença na ausência do tempo*. Organizador Vlademir Dias Pino. Cuiabá-MT: Edições Universidade Federal do Mato Grosso, 1991.
- FREITAS BARROS, J.C. *Um quadro e uma figura: o Mato Grosso e Luís de Albuquerque*. Excerto de uma conferência que devia ser proferida em São Luís de Cáceres (Brasil) pelo autor. Lisboa, 1952.
- FREYRE, Gilberto. *Contribuição para uma sociologia da biografia: o exemplo de Luiz de Albuquerque governador de Mato Grosso no fim do século XVIII*. Edição da Fundação Cultural de Mato Grosso (em comemoração ao bi-centenário de fundação das cidades de Corumbá e Cáceres), 1978.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*. 4ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Terra de Vera Cruz, Brasil*. Cultura Vozes. Nº 4, julho/agosto, 1992.
- HENRY, Paul. Os Instrumentos teóricos da Análise Automática do Discurso de Michel Pêcheux. In: *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux*. F.Gadet e T. Hak. Trad. Bethania S. Mariani [et al]. 3 ed. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. *Diários de Viagem*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. *A discussão do sujeito no movimento do discurso*. Tese de doutorado. Campinas, UNICAMP, 1998.
- MARIANI, Betânia. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*, Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: UNICAMP, 1998.
- MEIRELES, Denise Maldi. *Guardiães da Fronteira: Rio Guaporé, século XVIII*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.
- MENDES, Natalino Ferreira. *História de Cáceres: História da Administração Municipal*. Tomo I. Cáceres, 1973.
- _____. Luiz de Albuquerque e o bicentenário de Poconé. In:

- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Tomos CXV-CVI, Cuiabá, 1981.
- _____. *Marco do Jauru*. Palestra proferida no 66º Batalhão de Infantaria Motorizado. Cáceres-MT, 17 de junho de 1981.
- _____. *Cáceres: origem, evolução e presença da força armada*. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. Suplemento Cultura. Números 15 e 16. Cuiabá-MT: Imprensa Oficial do Estado de MT, 1992.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Foucault e a geografia. In: *Foucault vivo*. Italo Tronca (org.). Campinas, SP: Pontes, 1987.
- MOURA, Carlos Francisco. *D. Antonio Rolim de Moura: primeiro Conde de Azambuja* (biografia). Cuiabá: UFMT - Imprensa Universitária, 1982.
- _____. *A contribuição naval à formação territorial de extremo oeste (Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul)*. Rio de Janeiro, 1986.
- NETO, João Antônio. *Abordagem à Literatura de Mato Grosso*. Revista Educação em Mato Grosso. Nº 15, 1982.
- NETO, Regina Beatriz Guimarães. *Cidades de Fronteira*. Texto do Projeto Integrado de Pesquisa "Movimentos Populacionais, culturas e cidades na Amazônia mato-grossense". Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso. CNPq (1999-2000).
- NORA, Pierre. Entre Mémoire et Histoire: La problématique des lieux. In: *G. Lipovestki. L'ère du vide*. Garnier, Flammarion.
- NOVO DICIONÁRIO ENCYCLOPÉDICO LUSO-BRASILEIRO, organizado, publicado pela Livraria Lello sob a direção de João Grave e Coelho Netto, s/d.
- NUNES, José Horta. *Formação do leitor brasileiro: imaginário da leitura no Brasil colonial*. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 1994.
- _____. *Discurso e Instrumento Lingüístico no Brasil: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários*. Tese de doutorado. Campinas, S.P.: Unicamp, 1996.

- OLIVEIRA MARTINS, J.P. Causas da decadência dos povos peninsulares. In: *História da civilização Ibérica*. 5 ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1909.
- ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- _____. *Terra à Vista. Discurso do Confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez/Campinas, S.P.: Ed. Unicamp, 1990
- _____. *Vão surgindo Sentidos*. In: *Discurso Fundador*. Campinas, S.P.: Pontes, 1993a.
- _____. *O discurso dos naturalistas*. Cultura Vozes, nº 01. Janeiro/fevereiro, 1993 b.
- _____. *A natureza e os dados: a constituição histórica de um modelo de pesquisa de campo*. Cad. Est. Ling., Campinas, (27): 47-57, jul/dez, 1994.
- _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, R.J. : Vozes, 1996a.
- _____. *Discurso e Leitura*. 3 ed. Cortez, Campinas, SP. Ed. da Unicamp, 1996b.
- _____. *Leitura e discurso científico*. Labeurb/Nudecri. (mimeo).
- _____. *Discurso e Argumentação: um observatório do político*. Forum Lingüístico. Florianópolis, vol. 1. Nº 1. pp 73-81. Maio, 1998.
- _____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- PAULO PRADO. *Paulística*. Coleção Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro, 1972.
- _____. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. 8 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- PAYER, Maria Onice. *Memória da Língua: imigração e nacionalidade*. Tese de doutorado. Campina, SP: UNICAMP, 1999.
- PÊCHEUX, Michel. *Delimitações, inversões, deslocamentos*. Trad. José Horta Nunes. In: Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, n.19. p. 7-79, jul/dez, 1990.
- _____. *Ler o arquivo hoje*. Trad. Maria das Graças L. Morin do Amaral. In: *Gestos de Leitura da história no discurso*. Eni P. Orlandi (org.) [et al], trad. Bethania S. C. Mariani [et al]. Campinas, S. P. , UNICAMP, 1994.

- _____. *Semântica e Discurso.: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi [et al]. 3 ed. Campinas, SP, Unicamp, 1997.
- PECHEUX & FUCHS. A propósito da AAD: atualização e perspectivas. In: *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Gadet e Hak. (Orgs.). Trad. Betânia S. Mariani [et al]. 3 ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1997.
- PEREIRA LEITE, Luis-Philippe. *Vilas e Fronteiras coloniais*. São Paulo: Resenha Tributária, s/d. (a).
- _____. *Forquilha: o fundador e a padroeira*. Composto e impresso na Casa da Moeda do Brasil. S/d (b).
- PESSOA, Fernando. *Tabacaria e outros poemas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- PÓVOAS, Lenine Campos. *História Geral de Mato Grosso: dos primórdios à queda do Império*. Vol. 1. Cuiabá: L. C. Póvoas, 1995.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira [et al]. *O Processo Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá: Ed. UFMT, 1990.
- SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui : o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- TAUNAY, Visconde de. *A cidade do ouro e das ruínas. (Matto-Grosso, antiga Villa Bella. O rio Guaporé e sua mais illustre vigtima)*. Segunda Edição. Editora Comp. Melhoramentos de S. Paulo, 1923.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Núcleo de Documentação Histórica e Regional. D. Antônio Rolim de Moura, primeiro Conde de Azambuja. *Correspondências*. Vol. 1. Cuiabá, Imprensa Universitária, 1982. (Coleção Documentos Ibéricos- série capitães-generais).
- VIRGÍLIO. *A Eneida*. São Paulo: Ed. Paumape, 1993.
- VOLPATO, Luiza Rio Ricci. Quilombos em Mato Grosso: resistência negra em área de fronteira. In: *Liberdade por um fio*. REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ZOPPI-FONTANA, Mônica G. *Um estranho no ninho: entre o jurídico e o político: o espaço público*. DL/IEL e LABEURB/NUDECRI. Unicamp, FAPESP, 96/4136-7.
- _____. É o nome que faz fronteira. In: *O Múltiplo território da*

Análise do Discurso. Indursky, Freda (org.). Coleção Ensaio do CPG. Letras/UFRGS, s/d.

_____. *Camelôs e o direito à cidade*. Associação Nacional Regional da ANPUR, Recife, PE., 1997.

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares na poeira dos livros.

- Michel Foucault, *A Arqueologia do Saber*.